

Missão moçambicana que dialoga com Frelimo Jala para o "Expresso"

LICENCIADO MARQUES... missão moçambicana que dialoga com Frelimo Jala para o "Expresso"...

Nomeação de mais secretários de Estado

ENCARREGADO pelas novas e altas do ministro de Estado... nomeação de mais secretários de Estado...

Membros da LUAR ainda presos em Espanha

CONTINUAM presos em Espanha e não foram libertados... membros da LUAR ainda presos em Espanha...

P. R. P. prepara o primeiro congresso

UMA reunião com o objectivo de estabelecer o Programa... P. R. P. prepara o primeiro congresso...

DIRECTOR: FRANCISCO PAULO BALEGAÑO SEDE: PAV. DUQUE DE PALERMA, 81-7 - 2.ª FLORES - LISBOA

Da lei institucional a um GOVERNO de salvação nacional... PPD e PSP definem-se... GUINÉ: QUANDO AMILCAR CABRAL FALAVA DO PAIGC... Quem viu matar Catarina...

Conselho de Ministros

Foi Senghor quem convidou Mário Soares

DURÃO e BORDA a convite de Senghor... Foi Senghor quem convidou Mário Soares...

Moçambique: Não à Independência branca

SERENOUS NACHOPO... Moçambique: Não à Independência branca...

Albas Cunha: Secretário-Geral do F. C. P. e ministro

Os cargos conciliáveis... Albas Cunha: Secretário-Geral do F. C. P. e ministro...

Quase constituído o Partido Republicano Independente (de direita)

ENCARREGADO pelas novas e altas do ministro... Quase constituído o Partido Republicano Independente...

Almeida Santos em Moçambique para escolher Governador-Geral

ESPERANÇA de Oliveira... Almeida Santos em Moçambique para escolher Governador-Geral...

que em nome de Amílcar... Almeida Santos em Moçambique para escolher Governador-Geral...

Quase constituído o Partido Republicano Independente (de direita)

ENCARREGADO pelas novas e altas do ministro... Quase constituído o Partido Republicano Independente...

Quase constituído o Partido Republicano Independente... Quase constituído o Partido Republicano Independente...

Memomatic Omega... pontualidade com Memomatic Omega... Omega Memomatic

SEDES... PCP e o SAVANTE... Quase constituído o Partido Republicano Independente...



## Missão moçambicana que dialoga com Frelimo fala para o "Expresso"

LOURENÇO MARQUES — «Não vamos em representação do Governo nem para fazer propostas a Frelimo mas acreditamos na justa e na boa fé que preside à mesma» disse ao EXPRESSO na hora da partida para Dar-El-Salam, Rui Nogar, um dos seis membros que na quinta-feira partiram para a Tanzânia, via República do Malgaxe.

A missão não oficial era constituída por seis ex-presos impatizantes da Frelimo, que estiveram encarcerados desde Janeiro de 1965 por períodos superiores a três anos.

Além do poeta Rui Nogar, pseudónimo de Moisés Barreto (o Hermelegido segundo, colaborador da Revista «Tempo») seguiram José Craveirinha, consagrado poeta moçambicano com trabalhos em antologias russas e americanas, Jafatu Machel, irmão do presidente Samora Machel da Frelimo, Malangatana Valente, o mais conhecido dos pintores moçambicanos que segue na missão a expensas suas e por sua livre iniciativa, e ainda, Rogério Juana e Matias Boia.

Além de Rui Nogar, que é branco e de José Craveirinha que é mestiço, os outros quatro componentes são negros.

Por notícias recebidas nesta cidade, a missão foi recebida de braços abertos em Dar-El-Salam, estando à sua espera no aeroporto Joaquim Chissano, um dos chefes da Frelimo.

## Nomeação de mais secretários de Estado

ENCONTRA-SE quase pronto o elenco dos membros do Governo que tinham ficado por nomear na passada quarta-feira. Deles são considerados já praticamente assegurados o dr. Victor Constâncio para Secretário de Estado do Plano, o eng.ª Proites da Fonseca para Secretário de Estado da Administração Escolar e o prof. Orilando de Carvalho para Secretário de Estado da Reforma Educativa.

O dr. Victor Constâncio e o eng.ª Proites da Fonseca são ambos associados da SEDES, e o prof. Orilando de Carvalho é uma personalidade conhecida da CDE de Coimbra.

## Membros da LUAR ainda presos em Espanha

CONTINUAM presos em Salamanca o Padre Joaquim Alberto Lopes Simões, Gabriel Antunes Raimundo, José Horácio Pires e José João Gago Simão, que no mês de Agosto de 1973 foram capturados ao atravessar a fronteira em Navas Frias. Estes militantes da LUAR eram possuidores de passaportes legais para Espanha e foram detidos quando se encontravam já a cerca de um quilómetro de Portugal, por dois Guardas Cívicos que os levaram ao posto para identificação. Enquanto Lopes Simões se identificava no interior do posto, os sacos foram revistados. Nessa altura, os militantes da Luar que se encontravam na rua puseram pelas armas, o que fez os guardas fugirem para o posto, no que foram seguidos por Gabriel Raimundo, Horácio Marum e Gago Simão numa tentativa de libertar Lopes Simões. Os guardas conseguiram dominar os militantes da LUAR, tendo fugido dos outros membros que se viram impossibilitados de entrar no posto.

Desde Dezembro que o julgamento tem vindo a ser adiado. Está a ser feitos pela LUAR esforços no sentido da sua libertação.

## P. R. P. prepara o primeiro congresso

SERÁ HOJE posto a circular o «Manifesto ao Proletariado Português» do Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias, onde, em dado passo, se pode ler: «As liberdades democráticas por si mesmas, não resolvem o problema central da exploração do homem pelo homem, da exploração de Portugal pelo Imperialismo. As liberdades democráticas ou são um instrumento para a revolução socialista ou não passarão de uma pura mistificação utilizada contra os trabalhadores».

Entretanto o P.R.P. prepara, activamente, o seu congresso que será, certamente, o primeiro realizado pelos movimentos de extrema-esquerda. Talvez dentro de um mês.

Da lei institucional a um GOVERNO de salvação nacional

# Unidade democrática e irradiação definitiva do fascismo

A DIVULGAÇÃO do Governo Provisório, cuja formação culminou cerca de duas semanas de intensas negociações políticas, foi antecedida da publicação na folha oficial de duas leis constitucionais. A primeira veio extinguir a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa.

Foi, porém, a Lei n.º 3/74, de 14 de Maio que veio regulamentar em múltiplos aspectos a ordem político-constitucional vigente.

Quanto ao problema, para muitos controverso, de se saber se a Constituição de 1973 se en-

contraia em vigor, a nova lei institucional admite essa vigência, a título transitório, apenas nas disposições que não contrariarem os princípios do Programa Movimento das Forças Armadas, as leis constitucionais já publicadas, e as que vierem a sê-lo "no exercício dos poderes assumidos em consequência daquele movimento". Parece pois que o Presidente da República poderá promulgar leis constitucionais no período que só terminará com a eleição da Assembleia Constituinte, até 31 de Março de 1975.

## Órgãos de soberania

Os órgãos de soberania, para a lei n.º 3/74, até à entrada em vigor da nova Constituição Política, serão a Assembleia Constituinte, o Presidente da República, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o Governo Provisório e os tribunais.

Quanto à Assembleia Constituinte, ela será eleita por sufrágio universal, directo e secreto, de acordo com lei eleitoral a elaborar pelo Governo Provisório, e a aprovar pelo Conselho de Estado, de modo a estar publicada até 15 de Novembro de 1974. Para esse efeito, o Governo Provisório tem 15 dias (mais ou menos até ao fim do mês) para instalar uma Comissão

que preparará o projecto da Lei eleitoral.

A Assembleia Constituinte aprovará a Constituição no prazo de 90 dias, contado a partir da data da verificação dos poderes dos seus membros, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 90 dias pelo Presidente da República, ouvido o Conselho de Estado.

A Lei n.º 3/74 nada diz do que respeita à sujeição do diploma constitucional a votar, pela Assembleia Constituinte a referendo público. Não obstante, o general António Spínola, na sua mensagem como Presidente da República, mencionou duas vezes o referendo da futura Constituição.

## Junta de Salvação Nacional

A competência do Presidente da República (que é escolhido pela Junta de Salvação Nacional de entre os seus membros e responde perante a Nação-formula, aliás, extremamente vagal coincide, nas suas linhas gerais, com aquela que a Constituição de 1933 assinalava ao Chefe de Estado.

A notar, pela sua especial importância, que ele preside à Junta de Salvação Nacional, exerce a chefia suprema das Forças Armadas e tem o poder de suspensão total ou parcial das garantias constitucionais, em um ou mais pontos do território nacional, "no caso de agressão efectiva" ou eminentemente por forças estrangeiras ou no da segurança e a ordem pública serem perturbadas ou ameaçadas".

Mantem-se no exercício das suas funções a Junta de Salvação Nacional, Prevê a Lei a hipótese de, por parte de qualquer dos seus membros, das respectivas funções. Nesse caso, é ao Conselho de Estado que cumpre a substituição no prazo de 15 dias. A exploração deste mecanismo é simples: os primeiros sete membros da Junta foram escolhidos pelo Movimento das Forças Armadas. Agora, esse Movimento passa a ficar representado no Conselho de Estado, pelo que é a este que compete a escolha de qualquer novo membro da Junta.

## Conselho de Estado

Constituem o Conselho de Estado os membros da Junta de Salvação Nacional, sete representantes das Forças Armadas, e sete cidadãos de reconhecido mérito, a designar pelo Presidente da República. Os sete representantes das Forças Armadas; existem individualidades escolhidas apenas pelo Presidente da República, cujo peso político ganha, assim, alguma órgão de soberania, no qual, a par de representantes do Movimento das Forças Armadas; existem individualidades escolhidas apenas pelo Presidente da República, cujo peso político ganha, assim, alguma dimensão. Tanto mais que a competência do Conselho de Estado é a de um verdadeiro órgão de soberania e não de um órgão puramente consultivo do Presidente da República, como na Constituição de 1931. Na verdade, além de exercer os poderes constituintes, o Conselho de Estado sancionará sempre os diplomas do Governo Provisório que respeitarem as seguintes matérias:

- a) eleição da Assembleia Constituinte;
- b) definição das linhas gerais da política económica social e financeira;
- c) exercício das liberdades fundamentais;
- d) organização da defesa nacional;
- e) definição do regime geral do governo das Províncias Ultramarinas.

A sanção do Conselho de Estado é fundamental para que os diplomas possam ser promulgados pelo Presidente da República. No seu todo, a competência do Conselho de Estado é inédita no Direito Constitucional português. Por um lado, corresponde à de um verdadeiro Parlamento, representativo da vontade popular; por outro lado, é a de um órgão consultivo altamente qualificado,

de cuja acção depende o exercício da competência do Presidente da República.

A competência do Governo Provisório, politicamente responsável perante o Presidente da República, encontra-se limitada pela sua natureza transitória, e sobretudo pelas linhas de orientação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Além disso, a estrutura das Forças Armadas é tornada totalmente independente da estrutura do Governo Provisório, servindo de veículo de ligação política o ministro da Defesa Nacional. Em boa verdade, quem chefiar as Forças Armadas é o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, que terá categoria idêntica à do Primeiro Ministro. Também os chefes do Estado Maior dos três ramos das Forças Armadas desempenharão todas as funções que correspondiam, até 25 de Abril, às dos ministros das pastas militares.

O ministro da Defesa Nacional, além de uma missão de ligação, ficará encarregado da parte administrativa dos departamentos militares.

A nova regulamentação do Conselho Superior da Defesa Nacional adquire relevo à presença do Presidente da República, Primeiro Ministro, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, ministros da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros, Coordenação Económica e Coordenação Interministerial, bem como dos chefes de Estado Maior dos três ramos das Forças Armadas. Finalmente, a lei constitucional proíbe a existência de tribunais com competência específica para o julgamento de crimes contra a segurança do Estado.

O já conhecido Programa do Movimento das Forças Armadas é considerado anexo à Lei constitucional, e dotado da mesma força jurídica.



## Governo de unidade

O Governo Provisório divulgado, na sequência da posse do Presidente da República, é o que se pode chamar um Governo de Salvação Nacional.

Do ponto de vista da sua estrutura, três aspectos interessa realçar:

a) a criação de inúmeros novos departamentos, e a preocupação de reajustar os existentes no antigo regime às necessidades da sociedade portuguesa. E o caso da Coordenação Interterritorial (ex-Ultramar), do Ministério da Administração Interna (onde saem a P. S. P. e a G. N. R.), do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, do Ministério dos Assuntos Sociais (em que se juntam a saúde e a segurança social), do Ministério da Comunicação Social (de onde sai o turismo), e, sobretudo, do poderoso Ministério da Coordenação

Económica;

b) A existência de três ministros sem pasta, a que poderão ser assinaladas pelo Primeiro Ministro muitas políticas da mais diversa ordem;

c) A autocracia da estrutura da Defesa Nacional relativamente à orgânica governativa.

De entre os cargos governativos criados avulta, muito particularmente, o de Ministro da Coordenação Económica. Não só pelo peso dos departamentos sobre os quais superintende, mas também pela necessidade da sua referenda em todos os actos do Governo Provisório que envolvam aumento de despesas ou diminuição de receitas.



Um governo em que, finalmente, o País se reconhece

## Três forças

Sendo um governo de coligação das orientações políticas que vão do centro até à extrema esquerda, o Governo Provisório é composto por dois tipos de individualidades: filiados em orientações políticas marcadas e personalidades não alinhadas.

Nas primeiras, que constituem a maioria, avultam três linhas fundamentais: o Centro Esquerda, o Partido Socialista Português e o Partido Comunista Português.

O Centro Esquerda está presente através de membros do Partido Popular Democrático, e de outros conhecidos membros da associação cívica SEDES. É o caso de Sá Carneiro, Magalhães Mota, Vieira de Almeida, Silva Lopes, Torres Campos, Rui Vilar e Mário Murreira. Também Maria de Lurdes Pinheiro, do Graat, embora não pertença ao P. P. D. ou à SEDES, se integra nesta linha de orientação.

O Partido Socialista Português está representado por Mário Soares, Saigado Zinha, Raul Rego. Em certa medida, também António de Almeida Santos pode ser considerado próximo desta linha de orientação.

Do Partido Comunista, fazem parte do Governo Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves.

O Movimento Democrático Português (que compreende o P. C. P., o P. S. P., a Esquerda Socialista, alguns independentes, e desde há pouco tempo, o P. P. D.)

tem no Governo Francisco Pereira de Moura, conhecido economista, e que, até ao momento, não aderiu a nenhum partido político. Também António Galvão e Nuno Porras pertencem ao M. D. P.

A Convergência Monárquica tem no Governo Gonçalo Ribeiro Telles.

Entre as personalidades independentes escolhidas para o Governo Provisório, destacam-se o Primeiro Ministro Palma Carlos, Deodato Azevedo Coutinho, Nelson Trigo, Manuel Rocha, Pedro Nunes, Manuel Ferreira Lima e Eduardo Correia.

Não admirará ninguém que a coligação tenha intencionalmente excluído nomes do centro-direita e da direita, mesmo os não directamente relacionados com o regime anterior. Designadamente, não existe nele nenhum dos membros do Partido Republicano Independente, em constituição, nem dos mini-partidos Movimento Federalista Português e Partido Democrático Cristão, um e outro muito conservador em matéria económica e social e quanto à resolução do problema africano.

Não é difícil formular hipóteses acerca daqueles lugares, no Governo constituído, que serão mais espalhados em termos políticos.

Assim, por exemplo, os Ministérios do Trabalho, e da Educação e Cultura encontram-se na primeira linha dos depar-

tamentos que vão exigir muito trabalho e muito talento político dos seus titulares. Logo a seguir, virão os Ministérios dos Assuntos Sociais e da Administração Interna.

Mas, em período de crise política, todos os ministérios têm a sua complexidade. Que dizer da situação económica cheia de problemas a carregar o Ministério da Coordenação Económica?

Que dizer da solução da questão africana, que passa pelo Ministério da Coordenação Interterritorial, que tem de ser totalmente reformulado?

Que dizer do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, que terá de encarar "Gossiers" mais ou menos senhores como os das auto-estradas e da Marinha Mercante?

Que dizer do novo Ministério da Comunicação Social, onde o dr. Raul Rego vai encontrar uma máquina montada para fazer a propaganda do regime anterior (além de mais uma máquina incompetente)?

No fundo, todas as posições são melindrosas neste Governo originalíssimo no contexto dos países da Europa Ocidental, até por ser o único que compreende membros destacados de um Partido Comunista?

Um Governo que divulgou o seu Programa, profundamente estudado e exaustivamente articulado.

Da lei institucional a um GOVERNO de salvação nacional

# O programa do Governo e os executores



Palma Carlos: Primeiro Ministro em tempo de coragem



Francisco Sá-Carneiro: aceitou ser Ministro Adjunto do Primeiro Ministro

Pode bem dizer-se que o Programa do Governo é notável. Nos condicionamentos políticos actuais, seria difícil formular-se um Programa, adoptável pelo Governo de coligação, mais ambicioso do que este.

Passamos a transcrevê-lo na íntegra, anotando à frente de cada ponto os departamentos de Estado a que tendencialmente poderão ser entregues as tarefas enumeradas.

#### 1. Organização do Estado

a) Publicação urgente de nova lei eleitoral — ministro sem pasta, ministro da Administração Interna.

b) Publicação da lei das associações políticas; sua regulamentação — ministro sem pasta, Ministério da Administração Interna.

c) Reforma do sistema judicial, conducente à independência e dignificação do seu poder, criação de tribunais especiais; reforma de processo penal e demais direito processual; e ainda revisão da legislação relativa à Polícia Judiciária e ao "habeas corpus" — Ministério da Justiça.

d) Estruturação da administração central, de forma a corresponder aos objectivos das novas instituições políticas — Ministério da Administração Interna.

e) Revisão das relações políticas, administrativas e económicas com o Ultramar — Ministérios de Coordenação Interterritorial.

f) Definição da competência dos governadores ultramarinos, dos governadores rios e dos governadores dos distritos autónomos — Ministério de Coordenação Interterritorial e Ministério de Administração Interna.

g) Extinção progressiva do sistema corporativo e sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais — Ministério do Trabalho.

h) Revogação do Estatuto do Trabalho Nacional; regulamentação em ordem a garantir a liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; estabelecimento de novos mecanismos de conciliação no conflito do trabalho — Ministério do Trabalho.

i) Fortalecimento das autarquias locais, com vista à participação activa dos cidadãos na esfera política dos respectivos órgãos — Ministério de Administração Interna.

j) Rápida reforma das instituições administrativas — Ministério da Administração Interna.

#### 2. Liberdades cívicas

a) Garantia e regulamentação

do exercício das liberdades cívicas, nomeadamente das definidas em Declaração Universal de Direitos do Homem — ministros sem pasta, Ministério de Administração Interna, Ministério da Justiça.

b) Promulgação de medidas preparatórias de carácter económico, social e cultural que garantam o exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos — ministros sem pasta, Ministério de Coordenação Económica.

c) Publicação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema — Ministério de Comunicação Social.

d) Garantia da Independência, e pluralismo dos meios de informação, com salvaguarda do carácter nacional da Radiotelevisão Portuguesa e da Emissora Nacional; montagem de esquemas antimonopolistas em matéria de informação — Ministério da Comunicação Social.

e) Definição de medidas que assegurem a seriedade das sondagens à opinião pública — Ministério da Comunicação Social.

#### 3. Segurança de pessoas e bens

a) Defesa permanente da ordem pública — Ministério da Administração Interna.

b) Definição de normas para a garantia da liberdade e segurança em manifestações na via pública e estabelecimento de medidas de salvaguarda do património público e privado — Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça.

c) Activação dos meios preventivos dos crimes em geral e, em particular, da corrupção, dos delitos anticorruptivos e de todas as formas de atentado contra pessoas e bens — Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça.

#### 4. Política económica e financeira

a) Combate à inflação, através de medidas de carácter global — Ministério da Coordenação Económica.

b) Revisão da orgânica e dos métodos de administração económica, de modo a dotá-los de eficiência e celeridade de decisão — Ministério da Coordenação Económica.

c) Eliminação dos proteccionismos, conditionalismos e favoritismos, que restringem a igualdade de oportunidades e afectem o desenvolvimento económico do País — Ministério da Coordenação Económica.

d) Criação de estímulos à poupança e ao investimento pri-

vado — interno e externo — com salvaguarda do interesse nacional — Ministério da Coordenação Económica.

e) Adopção de novas providências e intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica, designadamente junto da actividade de interesse nacional, sem mesapreço dos legítimos interesses da iniciativa privada — Ministério da Coordenação Económica.

f) Intensificação do investimento público, designadamente no dos equipamentos colectivos de natureza económica, social e educativa — Ministério da Coordenação Económica.

g) Gestão eficiente e coordenada das participações do Estado, orientada para a defesa efectiva do interesse público — Ministério de Coordenação Económica.

h) Prossecução de uma política de ordenamento do território e de descentralização regional em ordem à correcção das desigualdades existentes — Ministério da Coordenação Económica.

i) Liberalização — em conformidade com os interesses do País — das relações económicas intranacionais, no domínio das trocas comerciais e dos movimentos de capitais — Ministério da Coordenação Económica.

j) Apoio e fomento de sociedades cooperativas. Revisão dos circuitos de comercialização, de molde a libertá-los de intervenções e encargos não justificados — Ministério da Coordenação Económica.

k) Revisão imediata do IV Plano de Fomento, no quadro de uma estrutura participativa, transformando-o num instrumento efectivo de promoção social e desenvolvimento. Revisão da orgânica dos Planos de Fomento — Ministério da Coordenação Económica.

l) Reforma do sistema tributário, tendente à sua racionalização e à atenuação da carga fiscal sobre as classes desfavorecidas com vista a uma equitativa distribuição do rendimento — Ministério da Coordenação Económica.

m) Adopção de medidas excepcionais destinadas a combater a especulação e a fraude fiscal — Ministério da Coordenação Económica.

n) Reforma do sistema de crédito e da estrutura bancária visando em especial as exigências do desenvolvimento económico acelerado — Ministério da Coordenação Económica.

o) Nacionalização dos bancos emissores — Ministério da Coordenação Económica.

p) Dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária — Ministério da Coordenação Económica.

r) Auxílio às pequenas e médias empresas — Ministério da Coordenação Económica;

s) Protecção das participações minoritárias no capital das sociedades — Ministério da Coordenação Económica;

t) Reorganização dos serviços de estatística, de modo a garantir a objectividade da informação e a permitir a intervenção oportuna na gestão da economia — Ministério da Coordenação Económica.

#### 5. Política social

a) Criação de um salário mínimo, generalizando-o progressivamente aos vários sectores do mundo do trabalho — Ministério do Trabalho;

b) Instituição de sistemas que assegurem o poder de compra das classes desfavorecidas, independentemente das contingências accidentais da prestação de trabalho — Ministério da Administração Interna e Ministério do Trabalho;

c) Dignificação da função pública com garantia da sua independência política e regulamentação do direito de associação do funcionalismo; revisão imediata do sistema de remunerações — Ministério da Administração Interna e Ministério dos Assuntos Sociais;

d) Adopção de novas providências de protecção na invalidez, na incapacidade e na velhice, em especial aos legítimos

diminuídos e mutilados de guerra — Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Administração Interna;

e) Definição de uma política de protecção à maternidade e à primeira infância — Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Administração Interna;

f) Aperfeiçoamento dos esquemas de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais — Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Administração Interna;

g) Lançamento de bases para a criação de um serviço nacional de saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos — Ministério dos Assuntos Sociais;

h) Substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social — Ministério dos Assuntos Sociais;

i) Criação de novos esquemas de abono de família — Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Coordenação Económica;

j) Medidas de protecção a todas as formas de trabalho feminino e rigorosa fiscalização do trabalho de menores — Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério do Trabalho;

k) Criação de esquemas unificados e polivalentes de formação profissional, com participação obrigatória do Estado e do sector primário — Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Educação e Cultura e Ministério do Trabalho;

l) Estabelecimento de regimes de vida da empresa — Ministério da Coordenação Económica, Ministério do Trabalho e Ministério dos Assuntos Sociais;

m) Adopção de medidas económicas e sociais destinadas a motivar o retorno dos emigrantes, e de protecção e enquadramento dos trabalhadores portugueses no estrangeiro — ministérios sem pasta, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério dos Assuntos Sociais;

n) Financiamento de equipamentos colectivos, com especial incidência no sector da habitação, conjugado com uma política de solos adequada, de modo a facultar às camadas populacionais de menores rendimentos alojamento condigno e em condições aceitáveis — Ministério de Equipamento Social e Ambiente.

#### 6. Política externa

a) Respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, e da não ingerência nos assuntos internos de outros países;

b) Respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte, bem como pelos compromissos assumidos de carácter comercial e financeiro; contribuição activa no sentido da manutenção da paz e segurança internacionais;

c) Intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia;

d) Enforço da Comunidade Luso-Brasileira em termos de eficiência política;

e) Manutenção das ligações com o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal;

f) Continuação das relações de boa vizinhança com a Espanha;

g) Reforço da solidariedade com os países latinos da Europa e da América;

h) Manutenção da tradicional amizade com os Estados Unidos da América do Norte;

i) Estabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo;

j) Renovação das históricas relações com os países árabes;

k) Revisão da política de informação ao estrangeiro;

l) Apoio cultural e social aos núcleos portugueses espalhados pelo mundo;

m) Definição de uma política realista para com os países do Terceiro Mundo;

n) Participação e colaboração activa com a ONU e, em geral, com os organismos de cooperação internacional.

Toda a matéria das alíneas anteriores, fica dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

#### 7. Política Ultramarina

a) Reconhecimento de que a solução das guerras do Ultramar é essencialmente política e não militar;

b) Instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da auto-determinação, sempre em ordem à salvaguarda de uma harmónica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais;

c) Manutenção das operações defensivas no Ultramar destinadas a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo, enquanto se mostrar necessário;

d) Apoio, com um acelerado desenvolvimento cultural, social e económico, às populações e territórios ultramarinos, com vista à participação activa, social e política, de todas as raças e etnias, na responsabilidade da gestão pública e de outros aspectos da vida colectiva;

e) Exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva e duradoura no Ultramar.

Toda a matéria das alíneas anteriores fica dependente do Ministério da Coordenação Interterritorial.

#### 8. Política educativa, cultural e de investigação

a) Mobilização dos esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais;

b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa;

c) Criação de um sistema nacional de educação permanente;

d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação;

e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades;

f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros sectores interessados na reforma educativa, visando em especial a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho;

g) Definição de uma política nacional de investigação;

h) Fomento das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, e ainda dos meios de comunicação social, como veículos indispensáveis ao desenvolvimento da cultura do povo;

i) Difusão da língua e cultura portuguesas no mundo.

Todas as alíneas anteriores são da competência do Ministério da Educação e Cultura.

# Partidos políticos definem-se

**PARTIDO** Popular Democrático e Partido Socialista — dois dos agrupamentos mais representativos no actual Governo Provisório — respondem hoje ao inquérito, cuja publicação iniciámos no nosso último número, e que tem em vista clarificar aos olhos dos nossos leitores a originalidade das posições assumidas por cada um relativamente a quatro aspectos fundamentais da vida portuguesa: Ultramar, liberdades fundamentais, economia e política externa.

Divulgámos no nosso número anterior os depoimentos que nos foram dirigidos pelo Partido Revolucionário do Proletariado, Convergência Monárquica; Grupo Autónomo do Partido Socialista e Partido Cristão Social Democrata (este último, aliás, objecto de uma cisão já posteriormente à data em que nos enviou as respectivas respostas). Entretanto, recordamos que o questionário que temos posto à consideração dos agrupamentos é o seguinte:

1. Admite: a auto-determinação, a independência (e esta em que circunstâncias: negociação, cessar fogo antes ou depois de negociar, etc.)?
2. Qual a margem de manobra que considera deve ser concedida: aos meios de informação? As associações e partidos políticos que não façam parte do Movimento Democrático e não tenham declarado o seu apoio face à Junta? E como encara a liberalização do sexo e do erotismo e a possível invasão da pornografia?
3. Como encara: a propriedade privada, a propriedade das fontes de produção, as nacionalizações, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas (co-gestão, auto-gestão, etc.)?
4. Que relações deve Portugal manter com: o Chile, a China, a URSS, os EUA, a NATO, e os países africanos, nomeadamente a Tanzânia e a Guiné-Conakry?

Por esta mesma ordem, apresentamos, nesta página, as respostas que recebemos do PPI) e do PSP.

# Partido Socialista Português

## 1. Ultramar

O Partido Socialista denunciou e denuncia como um dos mais graves crimes da ditadura fascista a política de exploração e opressão dos povos das colónias, responsável pela escória das guerras nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné.

O PS repudia radicalmente a política colonial do fascismo, pelas seguintes razões:

— porque é uma política que intensifica a opressão e a exploração dos povos das colónias, traduzida na entrega das riquezas dos seus territórios a grupos económicos nacionais e estrangeiros, na prática do trabalho forçado, no agravamento do racismo, no massacre de populações civis, na destruição de culturas agrícolas, no internamento sem julgamento e por período indeterminado em campos de concentração de milhares de pessoas por mera suspeita, na destruição dos valores culturais próprios, impedindo assim esses povos de constituírem soberanamente o seu futuro;

— porque é uma política que prejudica gravemente o povo português, obrigando a juventude a um longo e difícil serviço militar que corrompe as suas melhores qualidades ou a leva a emigrar maciçamente.

comprometendo o progresso económico, social e cultural do País, submetendo a economia portuguesa aos interesses imperialistas estrangeiros com o intuito de obter aliados para a pseudo-solução militar do problema colonial,

reforçando o poder político de certos grupos económicos

— porque é uma política que conduziu Portugal ao isolamento internacional, contrariou a natural predisposição dos portugueses para uma convivência pacífica com todos os outros povos, afastou o País de importantes organizações internacionais e dos grandes debates sobre a paz, a cooperação e a luta pelo desenvolvimento, justificou as sucessivas condenações dos órgãos competentes e responsáveis das Nações Unidas, levou a um estreitamento de alianças com os governos racistas da África Austral e comprometeu, assim, relações amistosas com os povos de todos os continentes.

O PS luta pelo fim das guerras coloniais, preconizando o imediato cessar fogo e a abertura de negociações com o Estado da Guiné-Bissau (já reconhecido por mais de 80 países e pelo próprio partido) e os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, na base do reconhecimento do direito dos respectivos povos à auto-determinação e à independência.

O PS rejeita claramente toda e qualquer forma de solução neo-colonialista e propõe relações de Estado a Estado baseadas nos interesses culturais, sociais e económicos, mútuos e livremente consentidos.

## 2. Liberdades fundamentais

Herdeiro de uma tradição de luta das classes trabalhadoras pelo socialismo democrático, consubstanciado em diversas con-

dições que ao longo do último século têm combatido contra a opressão capitalista, o Partido Socialista propõe-se realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto as que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação dos poderes, o controle do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência da democracia local, da democracia directa na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão. O Partido Socialista entende, com efeito, que uma democracia de Estado sem democracia de base corre o risco de se afastar do Povo e que uma democracia de base sem democracia de Estado corre o risco de cair, ou na inoperatividade ou no totalitarismo.

Consequentemente, o PS sempre se baseou e baseará pela total liberdade de expressão, reunião e associação, no respeito da legalidade democrática. Entende que o fundamento das liberdades públicas é o interesse dos trabalhadores e que o exercício dessas liberdades e condição da plena participação de todos os cidadãos na vida política, social e cultural. E considera, à luz da experiência histórica e da prática das democracias burguesas, que não basta proclamar as liberdades. Compete ao Estado Socialista realizar as condições materiais, económicas e sociais, que constituem a única possibilidade do exercício efectivo e



não meramente formal dessas liberdades.

O PS confia nas virtudes do povo português. Não recusa que a pornografia se torne um penço social. Mas denuncia as formas de alienação burguesa que as sociedades ditas de consumo aceitam.

No domínio das relações de família, o PS luta por uma reforma do Código Civil que atribua o poder paternal equitativamente aos dois cônjuges, restabeleça o direito ao divórcio por mútuo consentimento, simplifique o processo e amplie os fundamentos do divórcio litigioso, sem que sejam criadas limitações de direito às situações decorrentes de uniões livres. Pronuncia-se, como é evidente, pela denúncia da Concordata.

O PS entende que deverá ser promovida uma ampla campanha de divulgação dos meios anti-concepcionais com a criação de estruturas eficientes para tal fim: consultórios e centros apropriados em hospitais e dispensários públicos.

Toda a legislação repressiva do aborto deverá ser revogada, esclarecendo-se, porém, o povo que este não é um meio de regulação dos nascimentos e assegurando-se rigorosas condições clínicas para a sua prática.

### 3. Economia

O PS tem por objectivo a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, em que os trabalhadores serão produtores associados, o poder expressão da vontade popular e a cultura obra da capacidade criadora de todos; entende o Partido Socialista que esta finalidade, implicando uma nova concepção de vida, só pode ser alcançada mediante a construção do poder dos trabalhadores, no quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição e de uma organização económica que articule plano e autogestão.

O PS luta pela edificação de uma nova sociedade que não tenha como fundamento o salário e o lucro, a alienação do trabalho ou da consciência, o império das categorias mercantis e das relações jurídicas coercitivas, a exploração e a manipulação do homem pelo homem.

O PS considera necessário distinguir entre nacionalizações que conduzam a uma simples nacionalização do capitalismo e nacionalizações que se inscrevem

num plano de desarticulação do capitalismo. O PS tem consciência de que o Governo Provisório não poderá emprender nacionalizações do segundo tipo.

O PS entende que um largo debate se impõe sobre este problema capital da nova política económica. No seu programa propõe que o plano de nacionalizações seja escalonado e se inicie pela nacionalização dos bancos, dos *holdings* financeiros, das empresas necessárias à promoção e arranque de regiões atrasadas, das empresas dependentes do privilégio político e das grandes empresas que exploram a produção e distribuição de energia, as comunicações e os transportes, nomeadamente o grupo CUF, a Siderurgia Nacional, o complexo petroquímico de Sines e a SACOR.

Na mesma linha programática, o PS considera que o conceito socialista de trabalho implica que o acto de produção seja também uma afirmação da personalidade. A própria empresa deverá ser uma organização democrática. Tal orientação supõe que os trabalhadores conquistem o direito de planejar, executar e controlar a política económica e social, através da sua participação real nos órgãos de administração pública e na gestão das empresas.

O controle dos trabalhadores dentro da empresa será o primeiro passo da sua intervenção autogestionária e será aplicado tanto nas empresas nacionalizadas como no sector privado. Para além da progressiva eliminação da propriedade privada dos meios de produção, os trabalhadores devem manter todos os meios de contestação de novas formas de repressão, exploração, esbanjamento ou desperdício, resultantes de abusos ou negligências da burocracia empresarial e pública.

### 4. Política internacional

O PS preconiza uma política externa ao serviço da paz, que será fundada na defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores portugueses e nos princípios do internacionalismo.

Na base do princípio da soberania nacional, da independência e da igualdade entre os Estados, será adoptada uma política activa de não alinhamento em relação aos blocos políticos e militares existentes. Consequentemente, o PS repudia a utilização do poder

fio militar ou económico para impor a uma nação um sistema político-social contra a vontade da maioria dos seus habitantes.

Na certeza de que a solidariedade humana envolve todos os povos, o PS procurará a colaboração de todos na luta pela construção da sociedade socialista universal, na luta pela paz e convivência entre as nações. Em especial serão estabelecidos e reforçados laços de estreita camaradagem com todas as forças progressistas que no mundo lutam contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo. Será desenvolvida uma acção norteadora pelos objectivos da cooperação internacional das classes trabalhadoras, dado que a luta de classes a nível internacional fortalece a solidariedade entre as classes oprimidas e exploradas.

Saudando o acesso dos países do Terceiro Mundo ao primeiro plano da diplomacia internacional, o PS considera que a completa democratização das relações internacionais supõe a eliminação definitiva do colonialismo sob qualquer forma. Com vista à efectivação de tais objectivos, o Partido Socialista considera que as relações internacionais e o comércio mundial devem basear-se em acordos paritários e não em negociações a partir de posições de força.

O Partido Socialista lutará, na medida das suas possibilidades, pelo estabelecimento de um sistema mundial de relações económicas que permita a conclusão de acordos comerciais sobre matérias-primas que salvaguardem os interesses e a independência do Terceiro Mundo. Preconiza a reforma das estruturas actuais do comércio mundial e do sistema monetário internacional no sentido de eliminar a preponderância de qualquer moeda e, em especial, do dólar norte-americano. O Partido Socialista lutará por que Portugal promova, isoladamente ou em conjunto com outros países nas instâncias internacionais competentes, designadamente a ONU, a defesa intransigente de todos os povos do mundo sujeitos à opressão fascista e à exploração colonial e neo-colonial e em especial daqueles que são vítimas ou venham a sê-lo da agressão armada das forças imperialistas.

O PS sublinha que uma paz duradoura só poderá ser realizada pela participação de todos os Estados na elaboração do direito internacional da paz, o que supõe:

— a eliminação de relações hegemónicas, fundadas na dominação económica, no ultimato político e na ingerência militar;

— o desaparecimento simultâneo dos instrumentos diplomáticos, universais e regionais, de dominação das duas superpotências e, mais particularmente, da NATO (garantia da hegemonia dos Estados Unidos na Europa Ocidental) e do Pacto de Varsóvia (garantia da hegemonia da União Soviética na Europa oriental);

O PS preconiza a adopção de medidas para uma desvinculação do País relativamente aos compromissos militares com o Pacto do Atlântico e das iniciativas diplomáticas e políticas julgadas necessárias com vista à retirada total das forças estrangeiras do território português, bem como à desactivação das bases e órgãos militares ocupados pelas referidas forças. O PS considera que compete exclusivamente ao Governo português decidir do destino a dar às instalações desocupadas.

No imediato o PS preconiza o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países excepto o Chile.

Relativamente aos países do Leste Europeu, recorda-se que foi por intermédio do PS que a URSS, através do seu embaixador em Bonn, transmitiu a vontade de estabelecer relações diplomáticas com Portugal.

# Partido Popular Democrático

DESEJA antes de mais a Comissão Organizadora do PPD explicar que as respostas que se seguem obedecerão ao esquadramento do questionário, sem preocupação de alojamentos doutrinários em pontos de parmenon, o que só será democraticamente possível quando o Congresso do Partido discutir e votar um exaustivo Programa Política, com vista às eleições.

## 1. Ultramar

Entendemos que cada comunidade tem o direito de dispor do seu próprio destino. Para o exercício desse direito — o chamado direito de auto-determinação — é necessário, nos territórios em guerra, obter um cessat-fogo imediato, o qual terá de ser negociado com os movimentos de libertação. Tal negociação impõe, como é óbvio, que se respeitem as posições já conquistadas militarmente pelos mesmos movimentos.

Relativamente aos territórios ultramarinos que se vierem a autodeterminar no sentido de constituírem Estados independentes, Portugal deverá procurar preservar, de forma adequada, os interesses morais, culturais e económicos que tem em comum com as respectivas populações.

Para que o processo de auto-determinação decorra em con-

dições de igualdade de oportunidades para todas as facções políticas nele envolvidas e interessadas, é indispensável que não só os movimentos de libertação possam actuar livremente como partidos políticos nos territórios ultramarinos, mas também que sejam nesses territórios criados órgãos imparciais que controlem, até ao momento em que seja efectivamente exercido o direito de auto-determinação, todas as discriminações, violências ou injustiças que possam prejudicar a autenticidade da decisão final das populações a quem compete escolher o seu próprio caminho.

## 2. Liberdades fundamentais

O Programa do Movimento das Forças Armadas comete ao Governo Provisório a tarefa de elaborar nova legislação no sector das liberdades fundamentais, nomeadamente quanto aos direitos de fe as informação, de reunião e de associação. A partir do momento em que tal legislação seja publicada, os órgãos de informação e os cidadãos interessados em participar na vida política terão de obedecer às normas nela estabelecidas. Entende o PPD que tal legislação deverá ter a amplitude necessária para assegurar a expressão de correntes que, em-

bora numericamente pouco relevantes, possam trazer contribuições não-comprometidas para a construção em Portugal de uma sociedade verdadeiramente nova.

O problema da legislação não é, todavia, o único a resolver nesta delicada matéria, igualmente importante é haver, à frente dos órgãos de informação, pessoas dotadas da objectividade suficiente para que todas as correntes políticas tenham idênticas possibilidades de acesso à televisão, à rádio e à imprensa, podendo transmitir ao conjunto de cidadãos que constituem o País as suas opiniões sem novas censuras nem distorções ou omissões.

No que respeita especialmente à liberalização do sexo e do erotismo, julga-se que é necessário destruir em Portugal determinados tabus que, alimentados por motivos de várias ordens (incluindo a política), têm impedido uma verdadeira liberdade interior dos portugueses. Nesse sentido, o cinema, o teatro, a literatura e os «mass-media» podem contribuir para tornar normal o que, até aqui, tem sido considerado «proibido». O problema tem, no entanto, raízes mais fundas e não será resolvido satisfatoriamente sem que, com rapidez, se criem, nos estabelecimentos de ensino secundário, disciplinas de educação sexual

### 3. Economia

O PPD entende que um projecto socialista viável para Portugal, hoje, exige a escolha dos caminhos justos e equilibrados de uma social-democracia. A concepção de tal projecto implica, no sector económico-social (entre outras diversas medidas, contidas aliás nas já divulgadas Linhas para um Programa do PPD): o controlo da vida económica pelo poder político e pelos meios técnicos adequados às circunstâncias, incluindo a propriedade social dos sectores-chaves da economia e das empresas que operam de facto como poderosos instrumentos de domínio na vida dos cidadãos.

Esta propriedade social não revestirá formas dogmáticas, mas adotarà as fórmulas convenientes, designadamente controle por autarquias regionais e locais, entidades sindicais, cooperativas, empresas de economia mista, «holdings» do Estado e nacionalizações.

A liberdade de trabalho e de empresa e a propriedade privada serão sempre garantidas até onde constituírem instrumento da realização pessoal dos cidadãos e do desenvolvimento cultural e económico da sociedade, devendo ser objecto de uma justa programação e disciplina por parte dos órgãos representativos da comunidade política.

A liberdade sindical, o direito à greve, a participação, fiscalização e cogestão das empresas por parte dos trabalhadores são meios necessários para uma permanente e contínua subordinação da iniciativa privada e da concorrência aos interesses de todos e à justiça social.

### 4. Política internacional

O PPD está consciente de que as necessárias e apregoadas aberturas a leste e a sul não são possíveis através da simples manifestação de vontade do Governo português. Para que elas se verifiquem, é indispensável o acordo dos outros Estados envolvidos e tal acordo só surgirá quando houver uma solução clara para o problema do Ultramar, comprovadamente aceite pela comunidade internacional.

Feita tal prevenção, afigura-se prioritário o restabelecimento de relações diplomáticas com a China, tanto por se tratar de uma das superpotências mundiais, longamente isolada do convívio com o mundo ocidental, como por a sobrevivência de

Macau permitir vaticinar alguma receptividade do lado de Pequim. Quanto à Rússia e aos outros países da Europa oriental, há motivos de ordem geopolítica e económica que aconselham um estreitamento de relações.

No que respeita aos países do Terceiro Mundo, designadamente os países árabes e africanos, não há dúvida de que a solução política do problema do Ultramar, nos termos atrás apontados, depende em grande parte da sua colaboração, sobretudo

no que toca aos Estados vizinhos da Guiné, de Angola e de Moçambique. Esses países terão, logicamente, uma palavra a dizer em matéria de evolução futura dos territórios ultramarinos cuja independência sempre tem sido defendida.

Finalmente, no que se relaciona com o bloco ocidental, considera o PPD que será útil marcar uma certa independência (o que não significa hostilidade) relativamente aos Estados Unidos, podendo a oportunidade surgir quando das próximas ne-

gociações sobre a base das 13-ies. De qualquer modo, Portugal está geograficamente integrado na Europa e as suas relações económicas com o Mercado Comum e a EFTA obrigam-no a uma ligação crescente com os países do seu continente; o próximo passo para a intensificação de tais ligações seria a celebração de um acordo de associação com a Comunidade Económica Europeia, o qual, pelas suas implicações políticas, está também dependente de uma solução positiva do problema ultramarino.

# Pide — dossier tortura

DESTRUIÇÃO física do indivíduo e da família, introdução de todo um povo às escuras de ser de uma tortura que, durante longas décadas, constitui a base dos interrogatórios de uma polícia.

Segundo a Convenção de Genebra de 49; a Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 5.º; a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigo 7.º; e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, artigo 3.º, tortura é todo o castigo cruel, desumano, ou degradante dos presos. Segundo a Convenção Sobre o Genocídio de 48, o facto de originar atitudes corporais graves em membros de um grupo com a intenção de os destruir parcial ou totalmente é um crime de Direito Internacional.

Segundo os Princípios do Julgamento de Nuremberg, cada pessoa é responsável pelos seus próprios actos e pela acção dos seus subordinados. Todos estes documentos foram subscritos por Portugal durante a 2.ª República.

## Onde começa a tortura

Em depoimento que nos concedeu, o dr. Afonso de Albuquerque, do Grupo de Estudos Sobre os Efeitos da Tortura, sublinha que a tortura começa no momento em que o indivíduo entra preso, de madrugada, em qualquer local, sem mandato de prisão ou busca, e com recusa de informar a preso da situação. O contacto com o exterior era sempre impedido. O processo nesta fase era aplicado de duas maneiras: subiti o isolamento e a despersonalização. O processo, que via a despersonalização, tinha os seguintes aspectos principais: identificação, fotografias e impressões digitais; corte de cabelo, unhas e bigode; do mesmo modo os objectos pessoais eram retirados ao preso e, em especial, óculos, relógio, anzolões e algumas roupas. Seguiu-se o período de isolamento, ou seja a manipulação da vida pessoal, colocando o preso numa cela,

alado, ou acompanhado de outro ou era muitas vezes um agente da FIDE, nada lhe sendo dito sobre o equipamento interno da prisão. As refeições, peçonhas e de parêntes suas, tapadas apenas com uma camada e cama, têm também como objectivo privar a fim de evitar que o preso tenha contacto com o exterior. Normalmente, é único contacto do preso com outras pessoas tinha lugar com o carcereiro que lhe trazia as refeições de qualidade inferior. Outro aspecto importante da privação sensorial era a proibição de livros, revistas e correspondência. Ao preso era dado apenas papel e lápis e apenas ao director da prisão se poderia escrever. Tudo isto era no preso uma sensação de isolamento muito perigosa, que o levava muitas vezes a desistir de para interrogatório para ter um contacto humano, ou ainda a escrever ao director da prisão uma carta que era posteriormente utilizada com a informação conseguida, como meio de, em interrogatório, o levar a fazer jogando com elementos que se entusiasmavam sempre revelada essa carta. Esse isolamento não tinha um período fixo, existindo mas de isolamento de 3 meses em alguns em liberdade, semi-interrogatório. Além de tudo isto, a pração de visitas era também um factor importante com que a FIDE jogava.

## À tortura na PIDE

Segundo o dr. Fernando Pego do mesmo Grupo de Estudos, os interrogatórios da FIDE eram caracterizados por uma metodologia científica, que consistia na aplicação à tortura, de resultados da investigação científica no campo da psicologia experimental sobre a privação sensorial. Estudados estes originados de uma de 2000 experiências feitas desde o fim da 2.ª Guerra Mundial, particularmente nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Muitos destes trabalhos são mencionados pelo Ministério de Defesa e feitos inicialmente sob o império de ser necessário estudar a "capacidade do cérebro" que



Primeira fase da despersonalização — a identificação

em duas fases na URSS nos interrogatórios da sua polícia. Naturalmente para se estabelecerem as condições de vida em subterrâneos e finalmente nas câmaras isoladas. Nestes estudos, grande parte dos voluntários (têm remuneração) começaram a ter alterações ao fim de dois dias de pração sensorial e de dois e muitos deles desistiram algumas horas após o início das experiências.

Na alguns anos mais tarde, a PIDE veio a especializar-se nestas técnicas psicológicas, ainda que não houve abandono de todo a tortura física. Entre outros motivos, esta especialização deve-se ao facto de aquelas técnicas não desastarem técnicas violentas e, portanto, poder estabelecer a opinião pública e fazer com que os presos que fazem o fazem mais cedo. E de sublinhar, entretanto, que se o preso estiver firmemente decidido a não falar, se ele se recusa a toda a colaboração com a polícia desde o primeiro momento e até aos mais infelizes momentos, ele não falará mesmo.

Por sua vez, o dr. Afonso de Albuquerque acrescenta: a utilização dessas técnicas variava com

os diferentes elementos do preso, como sejam a sua filiação partidária, o seu nível intelectual, a situação dos seus familiares e as possibilidades de chantagem económica; os torturadores mostravam-se também flexíveis para utilizar essa diferença de tática. Há, no entanto, certas técnicas que usavam frequentemente e cujos efeitos eram dramáticos, como sejam a estocagem ou o cruz — de pt. isolado para a parede, sem a tocar e de braços estendidos — o que levava a inchado dos membros inferiores dos presos generalizada, etc. A privação do sono, o uso de alfinetes reproduzindo vozes, gritos e choques para a sala de interrogatório de forma a sentir levar o preso a acreditar que familiares ou amigos foram presos, já faleceram ou estão a ser torturados, e ainda o uso de drogas, em particular o Pectolal endovenoso e de LSD.

## As consequências da tortura

A curto prazo os efeitos psicológicos da tortura são a confusão mental, que se traduz em

desorientação no espaço e no tempo, alucinações, perturbações da memória e da atenção, estados de ansiedade, grande aumento de angústia, ideias delirantes, perturbações psico-somáticas designadamente insónias, dor de cabeça, perturbações urinárias, cardió-vasculares, díscrasia dos demias. Os efeitos físicos serão as fracturas, equimomas, fracturas cranianas e todo o género de ferimentos.

A longo prazo temos as perturbações psico-somáticas, suicídios, psicoses e também perturbações de ordem sociológica.

O único estudo feito até agora é sobre os prisioneiros dos campos de concentração nazis, e mostraram que todos os que sobreviveram às torturas têm maior índice de morbidade e mortalidade. Quando a maioria deles, cerca de 10 anos depois começaram a ter doenças relacionadas com os períodos de tortura. Estes factos levam a exigir uma investigação adequada sobre os efeitos tardios da tortura. Existe desde Janeiro um Grupo de Estudos que, na clandestinidade até aqui, tem tentado estudar os seus efeitos. Esperamos agora, pelo que esse estudo representa para a saúde pública e para a Amnistia Internacional, que já nos evitem pedidos nesse sentido, esperamos agora das entidades oficiais o apoio que o Sindicato dos Médicos e dos Psicólogos nos garantam já, nomeadamente do Ministério da Saúde, da Justiça e Interterritorial.

### Posição dos médicos da PIDE

O corpo médico da PIDE que dava assistência a interrogatórios e na prisão de Caxias era constituído pelos médicos JOSE GODINHO GAMA BARATA (cédula profissional 2389) e CARLOS ANTONIO MAGALHÃES (cédula profissional 8630). Uma pista encontrada na Escola Técnica da PIDE levou ao clínico CARLOS XAVIER DA SILVA LOPES VELOSO, que tinha desaparecido da sua residência na altura em que as Forças da Marinha lá chegaram. Permanece, pois, em aberto a posição deste médico quanto à PIDE. Além destes, exerciam ainda clínica na prisão o dr. LEÃO MIRANDA, psiquiatra, e MENDES MAGALHÃES, também psiquiatra, que substituiu aquele já neste ano. A posição do Sindicato dos Médicos em relação a estes clínicos foi já discutida em reunião entre as direcções de Lisboa, Porto e Coimbra. O Sindicato de Coimbra tomou já

posição exigindo um rápido inquérito às actividades destes médicos, que torce possível procedimento criminal (sindical e disciplinar) sempre que se prove ter havido actividades criminosas e seja o próprio Sindicato a culpar elementarmente sobre estas actividades. Decidiu também que este processo fosse extensivo a todos os médicos desempenhando cargos directivos no Governo ou outros de quem se prove terem sido cúmplices ou responsáveis pelas actividades mencionadas.

Segundo as declarações ao "Expresso" de um representante do Sindicato dos Médicos "não parece possível a aplicação de torturas sem a presença de um médico. Nenhum organismo policial que torture o pode fazer sem a presença de um corpo médico. As razões são várias."

O médico tem uma acção antes do interrogatório começar, para que a polícia tenha a certeza de que o preso pode ser interrogado sem grandes consequências. É muitas vezes isso aconteceu em Portugal. A inspecção médica não era de rotina, sendo, no entanto, frequente. Durante o interrogatório, em que a sanção era aplicada através de formas mais violentas, a presença do médico era requerida para que a tortura não ficasse demasiado longe ou para ver se o preso podia ainda aguentar. Neste período há incidentes confirmados de o próprio médico José Barata ter feito perguntas aos presos. Uma outra alegação é a da confirmada ministração do Penital endovenoso (soro da ventrada) ao Ultramar. Por outro lado, também medicamentos que poderiam provocar estados de excitação, nomeadamente anfetaminas e LSD. Aquelas eram dadas ao preso sob a justificação de se tratar de calmantes; quanto ao LSD, seria dissolvido em água.

O enfermeiro desempenhava um papel semelhante.

Para o preso, médico e enfermeiro, dadas as suas necessidades de uma relação mais humana, apareciam como figuras

mais acessíveis, o que era também explorado pela PIDE para esgotar a sua resistência. O médico ou o preso votava aos interrogadores era portanto anulado pela intervenção do médico, que muitas vezes conseguia estabelecer uma relação mais ou menos cordial com o preso. Existem até casos em que estes, depois de soltos, se continuaram a tratar com esses médicos, muito especialmente no que se refere aos psiquiatras.

O médico dava um comprimento para dormir que o preso tomava, nessa noite, em vez de o deixarem dormir levavam-no para interrogatório. Logo havia muito mais dificuldade em se defender destes, podendo as perturbações originadas ser superiores. Estes médicos tinham certamente conhecimento dos estudos psicológicos feitos sobre sono e privação sensorial. Depois dos interrogatórios, os médicos da PIDE trabalhavam ao sentido de minimizar as consequências físicas imediatas destes, por forma a que as violências cometidas nesse período não transparecessem.

### De Caxias para o Miguel Bombarda

Na Comissão de Socorro aos Presos Políticos tivemos oportunidade de contactar com Dionísio Albreu Jardim, cuja prisão e passagem pelo forte de Caxias é exemplo demonstrativo do que acabámos de descrever.

Primo à saída de casa por três agentes da PIDE, estes mandam-no regressar ao domicílio para passarem uma busca. Pedido o respectivo mandato, a resposta é o caso de uma arma. Passam uma busca pormenorizada em certos locais e vaga nocturna. Levantam problemas em relação ao irmão paralisado ameaçando veladamente de o levarem se não contribuírem para a busca. Seguidamente, Abreu Jardim é levado para a sede da PIDE, onde lhe retiraram todos os objectos pessoais. Depois de um interrogatório sumário é levado



Sala de interrogatório — 1.ª fase de tortura



Alfaiante, colaboiração preciosa à alucinação

para Caxias, para a cela 35, isolado. Quarenta e oito horas depois, volta a Lisboa onde é interrogado durante 4 a 5 horas, já com agressões. Entre os interrogatórios está o subinspector Robalo. Regressa então a Caxias à cela 61, sempre em isolamento, onde aliás permanece durante 60 dias. E-lhe negada caneta, papel, papel higiénico. Dois dias depois é interrogado, já no Reduto Sul.

A primeira fase de interrogatórios dura 9 dias com tortura do sono, sendo os três primeiros também de estífoa. Ao segundo dia tem já alucinações auditivas. Ao terceiro dia, as alucinações visuais aparecem. Durante os interrogatórios ouve gritos e ruídos. Ao fim destes 9 dias a "estífoa" acaba por finalmente se encontrar impossibilitado de se manter de pé. Segue-se a perda da noção de tempo e as alucinações aumentam de dimensão. A meio do quinto dia há uma mudança de

táctica, insistindo-se pela persuasão, que termina ao fim de 6 horas. A seguir a esse período ouve uma série de ruídos, de gritos, que parecem de alguém a ser torturado. E, então, preso pelos pulsos e tornozelos à uma cadeira e o subinspector Robalo e outros queimam-no com pontas de cigarro nos pulsos e peito. Na noite do sexto dia está completamente alucinado, começa a gritar e a conversar com uma ficha. O inspector Tinoco aparece para o interrogar; nem sequer o ouve.

Tenta então o suicídio, pela primeira vez. Dão-lhe então um medicamento que o faz vomitar. Aqui começa o período de grande alucinação e perda de consciência. Os interrogatórios continuam por mais dois dias. Regressa então ao Reduto Norte onde é examinado pelo dr. Alves do Rio. O médico faz um comentário do género: "parece impossível o que se faz".

Antes de uma visita, aparecem agentes da Pide que o querem maquilhar para encobrir as equívocos que tem na cara, o que recusa. Exigem-lhe, no entanto, que vá à visita com a camisa fechada acima e calças vestidas.

A 15 ou 16 de Agosto, perto do seu aniversário, fazem chantageira dizendo que não terá a visita colectiva, oportunidade única que tem de ver o irmão.

Passado algum tempo, começa a sentir perturbações psíquicas e é examinado pelo dr. Leão Miranda. Ao fim de 60 dias de isolamento, pensa que talvez por conselho médico, foi retirado do isolamento e passado à sala comum. Durante o período de isolamento foi-lhe dada uma série de fotografias da família.

Tem então uma série de perturbações psíquicas que acabam por levar ao seu internamento no Hospital Miguel Bombarda onde permaneceu até ao julgamento.

# Vamos arrumar o País?

R. Silva Pereira

O ARTIGO que há cerca de um ano publiquei no "Expresso" (24-3-1973) sob o título "Um país desarrumado" tinha, naturalmente, uma mensagem nas entrelinhas. Como aliás, a maioria dos textos de reflexão que nos campos político e socio-económico se publicaram em Portugal durante quase meio século, pelo simples motivo de não poderem exprimir esta mensagem, saudavelmente, nas próprias linhas. Acetemente, porém, que as entrelinhas estavam ocultas, são encobertas e descoloridas que não deparavam a gula do leitor. A pécica da auto-estruturava levava os autores a prodígios de equilíbrio, com recurso a parábolas, hipérboles e toda a restante geometria, apenas com exclusão da linha recta. No fim, ficava um texto para especialistas ou pelo menos, para iniciados, que diz: um texto que só pode ser entendido pelas poucas pessoas que já estavam dentro do assunto. Em suma, um texto inofensivo e inútil. Terá sido este o caso do artigo em questão? O certo é que foi publicado na Ingra, o que me deu um tanto preocupado! Mas não é para explicar o artigo que volto ao assunto. Mal de nós se fosse preciso vir agora explicar meio século de pena e, ali, de poesia! É que há outros aspectos a consi-

derar. A questão fundamental a pôr em questão é esta: Por que motivo não somos um país desarrumado? Por que é que, para além da propriedade rústica, extremamente dividida e da proliferação de nús-empresas industriais, há também os serviços públicos que se multiplicam para a mesma função e que, por fim, não funcionam? Por que é que os regimes legais se sobrepõem, se contradizem e acabam por ser letra morta, sem mesmo parecerem de ser revogados? Porque o culto do individualismo a todos os níveis? Penso que isto é assim porque, apesar da aparência superficial de país organizado, a sociedade portuguesa é profundamente pessimista do equilíbrio financeiro. Portugal sofre desde há muitos anos de autêntica falta de orientação governativa. Carecemos em absoluto de um projecto de vida. As nossas leis têm sido concebidas em grande parte ao sabor de ideias ou interesses de momento, ou reflectindo o pensamento de técnicos isolados, sem orientação política responsável que pudesse guiá-los como um ideal nacional. Se é necessário um

exemplo, attemos os Planos de Fomento. Quando os ler encontrar muitas ideias certas, mas condensadas ao ponto de ineficácia: os instrumentos para atingir metas fundamentais, tais como a reorganização agrícola ou a correção das assimetrias na repartição do rendimento, ficaram sempre no limbo. Porque, na realidade, os que estavam interessados em atingir tais metas não tinham forças para o conseguir.

## Contentar os amigos

A dispersão de esforços pode considerar-se mortosa, que em Portugal constitui um com um regime centralista e autocrático. O que, a primeira vista, é surpreendente: Se um mestre dirige efectivamente uma orquestra, como se compreende que cada músico toque de sua maneira?

Este facto pode explicar-se de várias formas. Apenas me deterei em duas delas. A primeira é sempre toda o poder político centralista tem que fazer concessões a aqueles mesmo que o mantêm, sob pena de perder a sua base de sustentação. Não chega a determinação de silenciar os adversários; é também indispensável manter e contentar os amigos. Quando mais não seja, para evitar as decepções, os trágicos. Há mesmo mais escândalo na revolta de um "de dentro" do que na rebelião de todos os "de fora". Porque estes são os "meus" da história, dos que se deve esperar toda a lealdade; mas quase aos "de dentro", aos "bons", como permitir que vejam a luz do dia, derrubar os ídolos e desfazer os mitos? Há que manter os silêncios e relativamente satisfatórios. Como? Quanto às ideias, não as contrariando frontalmente; quanto aos cargos, mantendo-os no activo, mesmo que sejam um activo de passividade.

Dal, que quando há um escândalo, em vez de se proceder a um inquérito, se abafa o escândalo; quando uma orientação está errada, se ensua outra sem revogar aquela; quando um organismo é ineficaz, se cria um novo, mantendo o antigo. E daí portanto, a permanência de pessoas aptas, de orientações ultrapasadas, de organismos inúteis, por improdutivo. O receio de perder a autoridade pela via da crítica leva à deterioração progressiva das insti-

tuições e dos próprios homens que as servem.

A outra explicação vai encontrar no mesmo monolitismo e tem que ver com a ideologia. Uma ideologia, para ser actante, não pode viver da cristalização de princípios abstractos. Estes princípios têm que ser constantemente postos à prova, para se ver de que maneira se adaptam à realidade social, para se testar a sua capacidade de fornecerem respostas aos sucessivos problemas postos por essa mesma realidade. O que quer dizer que uma ideologia necessita de um esforço crítico constante, de um confronto permanente com a vida quotidiana.

Mas acontece, ainda, que o suporte ideológico pode ser muito fraco. No nosso caso, por exemplo, onde estava a ideologia do regime anterior a 25 de Abril? Expressa nos poucos princípios, expressos na Constituição Política? Mas a verdade é que parece não haver mais nada. Ora, se não há ideologia e falta a actividade crítica, como encontrar as respostas para os problemas quotidianos de um país?

Estas respostas eram formuladas como improvisações individuais, fossem técnicos ou políticos os seus autores, e quase sempre com o acento tónico na providência de curto prazo: é a mania dos retábulo, o tal "país desarrumado"! Em que tem consistido, por exemplo, a orientação da política agrícola? E a da habitação? E a da saúde? Na maior parte dos casos não se chegaram a definir linhas tendenciais da resolução dos problemas, nem se formularam opções claras, por falta de uma orientação política que se reflectisse ao nível dos grandes problemas nacionais.

Por meio das ideias "avangadas" ficaram, um país atrasado, um país sem ideias definidas, um vazio ideológico...

## A proliferação de partidos

Mas um país sem ideologia pode transformar-se a curto prazo num alfiote de muitas ideologias. O solo virgem dá sempre muitas colheitas. E é da sementeção de correntes doutrinárias. Todas as pessoas ansiam por afirmar a sua personalidade, antes reprimida. E só as muitas ideias irão exprimir, por palavras diferentes ideias fundamentalmente iguais.

Esta proliferação comporta um risco que vale a pena correr, mas nem por isso devemos subestimá-lo. E mesmo penso nas centenas de fábricas nacionais e pouco produtivas, ou na dispersão de esforços nos campos educativo e assistencial, não posso deixar de referir a seguinte afirmação segundo a qual já haveria meia centena de partidos políticos formados em cerca de dez dias — e agora certamente acrescentados de mais uns tantos. Ocorre, por isso, perguntar: iremos assistir à proliferação dos partidos, quando o essencial das posições ideológicas se pode constatar em meia dúzia deles? Que vantagens poderá haver em dispersar os esforços de pessoas que defendem aproximadamente as mesmas posições? Iremos acrescentar a desarrumação já existente com outras — não menos perigosas?

Vem vez, mais, portanto, o esbanjamento de energias individuais, por mor do individualismo, poderá marcar a cena portuguesa, embora por motivos bem diferentes dos que foram apontados. E seria de lamentar que assim acontecesse, porque vivermos uma oportunidade única de "arrumar" o país. O concurso de tantos valores humanos subestimados ou impedidos de se revelarem durante largos anos e a possibilidade de clarificar os problemas através de um debate crítico sem limitações arbitrárias, criam-nos as condições para poder equacionar correctamente as soluções deturpadas, sem condicionismos apriorísticos. A colaboração dos melhores competências em cada domínio, libertas das pesas asfixiantes do raciocínio — que se manifestavam muito antes das limitações naturais da acção — permite admitir que as soluções dos problemas nacionais possam ser agora formuladas com maior exactidão, a caminho de um futuro construído pela sociedade no seu conjunto, um futuro arquetípico, de metas ambiciosas.

Mas para isso temos que colaborar sem restrições nem animosidades, cedendo quando necessário no supérfluo, para salvar o essencial. Temos que reforçar o espírito gregário, reduzir as autoinsuficiências e orgulhos pessoais, procurar a eficiência numa perspectiva global pensando sempre que somos uma parte a servir um todo, mais integrada nesse todo.

Vamos, pois, arrumar o país!



## As greves nas actuais estruturas económicas

ENTRE a torrente de notícias que, depois de 25 de Abril, caía sobre os órgãos de informação, e constante a presença de listas de reivindicações de trabalhadores dos mais diversos sectores e das greves utilizadas como instrumento para alcançar os objectivos fixados.

É evidente que a distribuição da riqueza nacional deixa muito a desejar e que o desenvolvimento verificado nas últimas décadas não aproximou as maioritárias classes desfavorecidas das minoritárias classes abastadas. É claro que a inflação em ritmo crescente desde os últimos meses de 1973 não parou e que todos sentimos os seus efeitos sobre a qualidade da vida a que aspiramos. É óbvio que, em muitas empresas, o ambiente interno se assemelhava ao ambiente político vigente antes de 25 de Abril e que quem nelas trabalhava tinha (e tem) fundadas razões de queixa quanto ao modo como as relações patrões-empregados decorriam (e decorrem). É indiscutível que, em matéria de férias, pensões de reforma e de sobrevivência, subsídios, etc., se pratica (e praticava ainda) discriminações absurdas entre as massas trabalhadoras.

A explosão das reivindicações surge, portanto, como elemento natural da revolução. Quem recebe um salário insuficiente para suprir as necessidades elementares tem o direito de reclamar que lhe paguem mais. Quem trabalha como mero objecto, tem legitimidade para lutar pela dignificação da sua pessoa. Quem pretende contribuir para o desenvolvimento acelerado e justo do país, tem o dever de exigir uma participação activa nos destinos da empresa onde ganha a sua vida.

### Até onde pode resistir a economia

Tudo isto está certo, é natural e desejável. O que parece mais discutível é o processo seguido, nas últimas semanas, pelos reivindicantes. E isso por três razões principais.

Em primeiro lugar, o país, Portugal, país mais atrasado da Europa que ocupa os primeiros lugares da inflação europeia, terá uma economia suficientemente robusta para aguentar o regime das greves chamadas «seivagens» que o fazem estremecer de Norte a Sul? Poderá haver uma alteração positiva das estruturas económicas, criando-se um clima psicológico adverso ao investimento? Determinadas exigências, como a de um salário mínimo de seis contos, não constituirão um travão à luta anti-monopolista defendida pelo Programa do Movimento das Forças Armadas, na medida em que só as grandes empresas as poderão satisfazer, correndo grave perigo de falência centenas de pequenas e médias empresas espalhadas por esse país fora? A quem aproveitará o desemprego que forçosamente se seguirá a essas falências?

Num outro plano, há que considerar a posição dos sindicatos. Quer-se, em Portugal, um sindicalismo sério, livre e interventivo. As greves organizadas de trabalhadores de determinados sectores podem servir tais designios. As greves isoladas e incontroladas retiram a força ao movimento sindical, quebram-lhe a unidade e o ritmo.

Finalmente, é útil reflectir sobre se os trabalhadores, que, empresa a empresa, em iniciativas aparentemente desconexas, paralisam a produção nacional conseguirão por esse processo descoordenado (aparentemente, repeta-se) atingir os objectivos que se propuseram. Não se trata apenas de acentuar que os novos salários serão comidos pelos novos preços, se a uma gestão participada e um trabalho produtivo não travarem a máquina infernal da inflação: trata-se também de recordar que foram o estado caótico da economia e das finanças e a insegurança da parte da população, que abrimos caminho a Salazar e a uma ditadura de 50 anos.

### O exercício do direito à greve

Com o que fica dito, não se pretende evidentemente pôr em causa o recém adquirido direito à greve (como se admite a sua contra-partida, o lock out). Na sociedade democrática moderna, o direito a greve faz parte do rol das liberdades e garantias fundamentais.

O que se questiona é o *como* e o *quando* do seu exercício. Através de greves ditas selvagens ou das greves integradas nas finalidades do movimento sindical? Apresentando reivindicações que se sabem impossíveis de satisfazer ou negociando dentro de limites realistas? Fazendo desabar sem descanso montanhas de exigências, num momento em que o regime saído do 25 de Abril começa apenas a consolidar-se ou escalonando as justas pretensões de acordo com um programa realista?

No seu discurso de posse, Palma Carlos afirmou que era necessário «pôr fim a excessos que a libertação de um povo sufocado durante quase meio século subitamente fez explodir».

Não iríamos sequer tão longe. Repetiríamos que os «excessos» são apenas a justa expressão de protesto de quem, de repente, compreendeu que podia ter uma opinião e uma vontade. E insistiríamos que, antes de tudo, é preciso que os trabalhadores se unam e consciencializem quanto ao modo e ao momento de utilização dos poderes que recuperaram. O *como* e o *quando* do direito à greve e das reivindicações que com ele se relacionam.

*Santos, Trindade de*

# Ensino: depois do impasse

Trindade Santos

**FINALMENTE** é possível escrever nos jornais esta verdade, tão incontroversa quanto impopular, ainda há um mês a raiz de todos males do ensino português é política e não pedagógica. Por mais volúta que se deixem ocupados por pessoas que devam os seus cargos à lealdade política em vez de à competência, e com o afastamento de todos cuja competência era a própria razão da revolta, qualquer verdadeira reforma era inviável. Agora, menos de um mês depois da revolução, dissipados os vapores da euforia, as dificuldades abatem-se sobre nós, gerando a confusão e a discórdia quando o que de mais necessitamos são a clareza e a confiança mútua. Para quê?

Antes de mais para poder distinguir com clareza o político do pedagógico, a todos os níveis. Porque nem todos os afecios ao antigo regime eram incompetentes - e que, automaticamente, não implica que o seu colaboracionismo anterior ponha ser redimido pela utilidade futura — nem todos os inequívocamente fiéis ao actual são capazes. Há que trocar com o maior cuidado a fronteira entre o que pode ser

esquaciado e o que deve ser esperado de quem serviu até 24 de Abril um regime cujos objectivos sempre foram a escravização do povo e a destruição das liberdades do indivíduo. E esta não é tarefa fácil.

## Problemas políticos e pedagógicos

Os mais urgentes problemas são de carácter político: criação de estruturas, depois, a formulação de objectivos a curto, médio e longo prazo são de carácter pedagógico.

Por um lado, criação de organismos livremente representativos dos interesses dos professores e alunos - sindicatos e associações - e sua integração numa estrutura democrática, como fundamento único dos direitos dos indivíduos e da classe. É imperioso que o movimento de libertação seja irreversível e para isso é urgente dar força a todas as estruturas de base. Só um sindicato e associações fortes e representativas poderão proteger-nos das flutuações da democracia participativa que parece ser o único futuro imediato.

Dos objectos prioritários, a desmontagem interior e exterior do aparelho fascista e, a mais urgente, superação das diferenças classistas entre professores e alunos, denúncia do paternalismo, supressão imediata de todas as técnicas repressivas disciplinares e didácticas - faltas de castigo e suspensões, pontos sobre matéria decorada, aulas para cumprir o programa. E acima de tudo, destruição da orgânica pedagógica hierárquica - do Ministério para a aula. Os contactos na hierarquia, não podendo ser ignorados, devem, contudo, partir da base — único garante de que as liberdades não são atropeladas.

Depois, estruturação de uma orgânica flexível e transitória que deve possibilitar o trabalho e a evolução durante o próximo ano lectivo, já que o necessário saneamento, se duradouro, não poderá entrar imediatamente em vigor. Aqui torna-se capital tentar a substituição do posto e do exame por outras formas de avaliação de conhecimentos, por novos métodos, aferidos experimentalmente ao longo do ano. Além todo o trabalho a planejar será eminentemente experimental,

se não se quiser cair noutra, ou no mesmo, dogmatismo por que enfermaram os processos da escola do Estado fascista.

Finalmente, criação e desenvolvimento de organismos e grupos de estudo cuja função será estimular e observar o crescimento da nova escola, por um lado dando conta dos problemas de base, por outro sintetizando dados e organizando o trabalho já feito, lançando os fundamentos da tão necessária reforma, largamente prometida pelo regime anterior. Mais instante se torna aqui o cuidado com o experimentalismo, desde que a partir dele se possa extrapolar, pois a experimentação, só é rendição de progresso científico se nunca for encarada como fim em si mesma.

Evidente se torna que a pretensão de fazer uma reforma que ignore as suas próprias condições de aplicabilidade só pode na verdade conduzir a uma repetição daquelas a que temos abertamente assistido. Se qualquer reforma é limitada por cima pela consciência dos objectivos a atingir improrriamente, e por baixo pelas capacidades dos que nela intervêm, é claro que o

conhecimento dessas limitações é condição prévia de sucesso. Numa palavra - Não as reformas de gabinete. Não as soluções não previamente testadas. Não à inobservância das reivindicações livremente manifestadas por alunos e professores.

### Problemas humanos

Da necessidade de constante contacto com as bases há-de resultar uma consciência dos problemas humanos com que a reforma do ensino se deparará. Porque o saneamento dos quadros não poderá fazer-se com uma rápida passagem de espanador ao nível de Director-Geral. E que a situação actual veio levantar novos problemas para os quais, a despeito de não estarmos preparados, temos de encontrar rápida solução. Um dos mais prementes é a definição de um modus vivendi entre a hierarquia funcionalista e as estruturas de base. No passado, todos os problemas da escola eram tratados ou ignorados de cima para baixo — a informação afluía ao nível da decisão. E a decisão cabia ao grupo dos comprometi-

dos com o governo, cujas ordens atendiam sem preposições políticas, em ignorância dos direitos das partes envolvidas e até das circunstâncias concretas. Agora já não é assim. É pois urgente que as bases se pronunciem sobre quem consideram responsável e capaz para a resolução dos problemas. Não só Ministros e Directores-Gerais, mas Comandantes, Reitores, Directores e simples professores. E obvio, nalguns casos, que professores rotinizados em dezenas de anos de prática de um ensino acéfalo não poderão adaptar-se às exigências da nova situação. Qual o limite da sua contribuição útil? Que vamos fazer com eles? A resposta terá que ser dada menos de acordo com as certezas que se têm do seu passado que com as dúvidas sobre o futuro.

### Cultura portuguesa e revolução

O problema limite é o dos objectivos e conteúdo dos programas de ensino. Há, evidentemente, que reestruturar as disciplinas, suprimir umas e criar outras. A todos os níveis. E não apenas disciplinas mas cursos. Os exemplos são tão abundantes que

referir alguns apenas é perigoso, por sugerir prioridades ineludidas.

Mas por cima de todos, o problema do Gestalt cultural a impôr avulta. Meio século de opressão mostra bem como uma cultura aprendida na escola pode, tanto como uma política política, destruir um povo. Não só pela eliminação imediata de todos os que pudessem pôr em perigo os valores da ordem fascista mas por ignorância sistemática e atropelo de todas as questões susceptíveis de abrir como a única possível. E, se alguma coisa há a gabar na máquina fascista foi a eficiência da repressão que a perpetuou. Tão proibida era a Política quanto a Pedagogia, tão reprimido foi o Seso quanto a Inteligência, tão censurada foi a Informação quanto a Cultura. Porque o alvo último era o Homem, cuja liberdade tinha de, a todo o preço, ser evitada.

Não admira pois que na escola haja alunos que identifiquem Cultura e repressão e para quem o único objectivo do ensino é impedir-nos o contacto com os interesses dos trabalhadores. Estes são, em geral, indivíduos com

quem a argumentação é impossível pela sua situação numa plataforma estreitamente doutrinária, o que, se lhes não permite uma visão do real (para que afinal não estão preparados), os protege da dúvida na acção. O que não deixa de ter duas graves consequências: uma, total isoporunidade política, desmentida da radicalização das posições antagonicas, e um impossível aprofundar das razões de ambas as partes da qual resulta um entendimento mútuo.

Ora a posição a tomar é, uma vez mais, sobre os objectivos do ensino, e se não há colaboração e diálogo não pode haver entendimento. Não há pois só que ultrapassar atitudes de desconfiança que hoje não têm sentido, como partir da certeza de que para a resolução dos problemas da escola a verdade não poderá estar toda numa só cabeça. Há que abordar as dificuldades em conjunto e examinar cuidadosamente o que cada um diz. A decisão sobre que tipo de cultura deve proporcionar a escola depende necessariamente a todos. E não é crível que as primeiras respostas válidas possam surgir antes de prolongada consulta.

# Estado e Cultura

Eduardo Lourenço

Para uma teoria democrática das relações entre o poder político e o poder cultural.

**COMO É SABIDO**, a França tem o gênio das questões culturais. É uma especialidade da antiga "mise des arts e das letras". Há meses, um torçante e precário Ministro da Cultura declarou que era necessário escolher entre "a estúmia e o cocktail-Molotov", quer dizer, entre o direito às subvenções do estado por parte dos que o não justificavam racionalmente e à sua suspensão para os contestatários. A reacção não se fez esperar: protestos indignados e desfile manifesto de intelectuais contra o que, um pouco exageradamente, foi considerado como atitude regressiva. Na verdade, numa sociedade em estado de sacralização quase absoluta, o Ministro da chamada Cultura tocou na única coisa sagrada: a Cultura mesma. Ao mesmo tempo reacvou a espinhosa questão das relações entre o Estado e a Cultura, ou se se preferir, entre o Poder e a Cultura.

Infelizmente, de esse tipo de questões permite reafirmar os inalienáveis direitos da criação cultural adentro de um estabelecimento que se arroga o dever de assumir uma atitude e um comportamento "expressivos" em relação ao mundo da Cultura, nem por isso o geral processo da "inteligência" francesa é de uma transparência soberana. Re-flectindo bem esta questão só foi possível em função de uma "identidade" (não confessada) entre a atitude do Ministro da Cultura e a dos seus entregados contestatários. Entregados, mas, no fundo, menos coerentes que o próprio Maurice Druon (o sucessor de Mairaux no Ministério da Cultura) pois aceitava as permissas e recusava as consequências. Salvo raríssimas excepções, os contestatários e o Ministro partilhavam a mesma opinião: a Cultura pode coexistir pacificamente com o poder e ser objecto da parte deste de manipulação positiva. A diferença entre as duas partes é que uma toma como negativo o que a outra considerava positivo. Quer dizer, a esquerda intelectual francesa — núcleo da oposição à atitude "repressiva de Druon" — aplaudiu quando o Estado pôs mão aberta de Mairaux da o seu beneplácito à exibição dos Bimbos de Gerf, mas reagiu quando o mesmo Mairaux retirava a Jean-Louis Barrault a direcção do Odéon, ou quando teme que Druon — estábilido e pouco a pouco — acesse a mesma conformidade dos agentes culturais da França.

Incoerência, paradoxo ou inevitável e acclivável equívoco? O tema das relações entre o Estado e a Cultura é, ao menos no âmbito da nossa ocidental cultura em fase de auto-desagregação, a última metamorfose — porventura irreversível — da clássica luta entre o Poder temporal e o Poder espiritual. A nível simbólico — prático a existência da chamada civilização ocidental é essa luta entre os dois poderes, luta que seria de fácil solução se não houvesse entre os dois uma oniros permanente e uma não menos permanente tentação de confundir um com o outro. Esta tentação de usurpar o domínio do outro parece fazer parte do que "poder temporal" e "poder espiritual" são. O poder temporal não se pode decidir a acertar a fraqueza da sua força, a auto-limitar-se voluntariamente: é uma vontade de poderio que nada limita senão uma oposta vontade do mesmo signo. O poder espiritual ou intelectual não se pode conformar com a sua força simbólica e a sua fraqueza real necessita de nós, o famoso "bras secular" para moldar a realidade e dar corpo aos seus imperativos imaginários. A luta entre os dois poderes não é uma luta equilibrada, nem o pode ser. O poder espiritual pode existir na sua pureza extrema, ao mesmo tempo como poder atuante na sua indigência ou indigente no seu triunfo temporal aparente. Os exemplos ocorrem às dezenas: Sócrates a Solenismo, da Igreja de Trento às Unões de Eclesiários em certos estados socialistas. Não é esse o caso do poder temporal, ao qual se sobrepõem estatutos de autonomia ideal está vedado. Todo o poder temporal é, ao mesmo tempo e necessariamente, poder espiritual. Bem o sabiam Platão e o autor da "Ética a Nicômaco": modelos de toda a reflexão ocidental sobre o Poder, quando o último escrevia que "a ciência suprema e arquitectónica por excelência" é a Política. Não é pois de hoje apenas a consciência do que no domínio da actividade humana tudo é político. E por isso mesmo, como o sublinhou o representante mítico do poder moderno, Napoleão, a tragédia moderna é e por essência inabarcável, o que Quvedo chamaria "La política de Dios". Em termos actuais, e dado o evaziamento sociológico de conteúdo transcendente próprio, tal conceito significa, uma vontade consciente de não desatar que se confundam dos dominos que os Gregos e em geral o mundo pré-cristão não concebiam realmente desunidos: o temporal e o espiritual. É banal comparar e situar,

numa espécie de linha continua a acção simbólica de Sócrates e de Cristo. Mas não são comparáveis. Sócrates entregou-se à morte para não separar os dois poderes: ele não concebia a sua acção fora do acimo da Cidade. Procedendo assim não foi o pré-Cristo que tiramos aqui ver nele. Cristo morreu justamente para separar os dois poderes. Ou se se quiser, para os unir através de um sacrifício a que em permanência reconduz a ideia de não querer separar. Por isso mesmo o cristianismo age sem cessar no salubro da história mundial como um fermento revolucionário.

Na medida em que — ao menos na sua leitura superficial — a história do Ocidente é uma contínua des-cristianização, quer dizer, um contínuo afastamento do ideal antigo da confusão entre os dois poderes, essa História é a da transmutação, cada vez mais radical, do poder temporal e do poder espiritual. Correndo-o pelas suas próprias mãos o jovem aventureiro Bonaparte pôde firm a dez séculos de feição idêntica na sua feição de separação dos dois poderes e inaugurar o Estado Moderno, totalitário em seu princípio, qualquer que seja a sua cobertura formal. Os laicos-casernas e as universidades-conventos — tratavam ao plano da pedagogia cultural as necessárias consequências. Hegel, por sua vez, tirará a lição do genio impetuoso, agradando-o, ao conferir ao Estado a realidade ética por excelência. Os estudos de inspiração marxista herdaram esta inevitável e pensada herança. O Levitão de Hobbes é uma visão quase inocente comparada com a realidade do Estado Moderno, não só omnipotente e quase onisciente através dos meios que a sua limitada vontade de poderio recorre da overchequificação integrada no seu projecto político. Para um tal Estado é inconcebível ou dificilmente suportável que qualquer forma de "poder espiritual" escape ao seu controlo, manipulação ou vigilância. Na verdade, é-lhe impossível, não tanto o conceber, mas o poder atribuir um conteúdo positivo à ideia mesma do poder espiritual ou intelectual, enquanto poder idealmente separável ou separado do poder igualmente "espiritual" que ele mesmo, Estado promotor, ajuda ou tolera. Daí toda a espécie de hostilidades entre o poder político e a ordem cultural, de que o recente exemplo de Druon e apenas uma inocente amnésia. Do-se-á e é inglória, que há Estado e Estado e que não se possa colocar na mesma balança a Suécia e a Grécia, a Inglaterra e Portugal, os Estados Unidos e a União So-

victica etc. em suma, estados em que o poder temporal (político) se arroga explicitamente uma função espiritual própria e estados que detram ao cuidado das múltiplas comunidades ou associações mais ou menos orgânicas, como ao simples indivíduo, uma tal função. A diferença entre eles é resimient

considerável e, por isso mesmo, uma questão como esta do "estado e da cultura" apresenta em cada caso aspectos particulares. Mas nenhum Estado vive ou subsiste sem uma representação simbólica ou ideal de si mesmo, dos seus fins e valores específicos e sem pôr ao serviço deles os meios necessários para fazer triunfar ou garantir essa representação simbólica. Por mais pluralista que se queira ou se suponha, tal representação simbólica oferece fatalmente uma distocção entre os valores que incarna e aqueles que os indivíduos são capazes de aceitar ou propor. A liberdade ou os graus de liberdade compatíveis com o exercício do Poder, por mais latos que sejam, não correspondem nem podem nunca corresponder à expressão individual deles, por enfraquecimento ou imprevisível. Abstratamente pode imaginar-se uma forma de Poder que voluntariamente se auto-limite e reserve para o domínio privado um certo número de actividades humanas, entre elas, as chamadas "culturais". Na realidade um tal "estruturalismo activo" por parte do Estado só é compatível com

uma espécie de "grau zero" de antagonismos socio-políticos ou socio-morais, "grau zero" devido à inexistência ou atenuação de tensões nas sociedades pouco complexas a que o "grau zero" é, por assim dizer, imposto de cima, declarando-as alheias a tais antagonismos. No primeiro caso a questão das relações entre Poder e Cultura não se chega a pôr, pois um e outro são da mesma trama. No segundo (Poder totalitário) essas relações são submetidas a um laço de subordinação estrita e toda a actividade cultural percebida como hãmiga (ou até alheia) dos interesses superiores da Nação, classe dirigente ou povo le não há nenhum que o não seja...), por isso mesmo, contrariada e combatida.

Todos os regimes totalitários ou semi-totalitários se acomodaram sempre mal dos seus Freud, dos seus Reich, Banafier, Thomas Mann, Pasternak, Hernandez ou Luandino Vieira. Mas também os liberais não deixaram de ter os seus Flaubert ou Chautlin, o que prova que as relações entre Poder e Cultura só são feitas em períodos em que a Cultura — ou a sua expressão predominante — é simples transição simbólica dos valores socialmente admitidos, ou jogo marginal como tal se concebe e oferece aos consumidores dela. Foi raramente o caso no mundo ocidental onde o aparente formalismo ou vazio ideológico (gongorismo, arte pela arte, etc.) nunca deixaram de ter alguma relação com a forma do Poder e a sua pretensão, por existência totalizadora, senão totalitária. Mas de modo algum o pode ser naqueles períodos em que a pulção mais profunda da Cultura — na realidade a étnica que permite emprestar um mínimo de coerência ao "conceito" mesmo de Cultura — é constituída pela vontade

de existência radical, não apenas desta ou daquela forma de Poder, mas do próprio Poder, ao menos na medida em que esse Poder não se configura ao ideal supremo dessa vontade de o destruir ou de o metamorfosear.

Não é a primeira vez na História do Ocidente que a Cultura recebe o seu impulso mais profundo de uma oposição ao Poder constituído, ou pelo menos à particular forma de um Poder constituído. É bem sabido que o Século das Luzes conhece um miticismo cultural dessa espécie, elevado por Rousseau ao grau de incandescência suprema enquanto contestação da forma social do seu conjunto e não apenas da sua organização política. Mas o que é novo nas relações do Poder e da Cultura. Actualmente, assistimos à fase final de um processo lejais as raízes vêm de longe e tiveram a sua expressão mítica no Renascimento) em que já não se trata da clássica dominação ou tentativa de subordinação da cultura pelo Poder, mas ao contrário, do triunfo da Cultura sobre o Poder. O Renascimento marcou o primeiro grande momento de transubstanciação entre uma e outra, até porque, na verdade, em mais nada consiste que a invenção da própria Cultura, cujo primeiro nome foi "Humanismo". Só merecem o Poder os "cultos" ou "cultivados" ou os seus mecenas. Cosme, Lourenço de Médico, Francisco I Henrique VIII, Carlos V, D. João III.

O Poder temporal promove e organiza o Poder cultural. A lua de mel durou todo o período barroco, época largamente instável mas em que o gênio cultural é ou se faz coroação, por gosto ou necessidade. Moisés ou Bach, tanto como Calderon. Subterraneamente, a leitura democrática da Bíblia e a confraria restrita, mas já idealmente toda-poderosa dos homens de ciências, Descartes, Auyghens, Torricello, deslocam a substância e o espaço culturais, estabelecendo-os numa universidade de princípio em que o idílio entre Poder e a sua Cultura, não só se desfaz como pouco a pouco se inverte, dando origem à primeira e nunca ultrapassada hegemonia ideal do Poder cultural, aquela que os Diderot, os Voltaire os Beaumarchais e sob outra forma, Rousseau, ilustram. Por fora são interlocutores válidos dos reis, por dentro, superiores e já seus jiazes. Os descendentes e discípulo de um e outros ajustaram as contas miltitares na praça de Grent, inaugurando a realidade da Cultura. Realiza e império: em seu nome o velho Hugo desafia um Imperador que renuncia ao México à ludochina, transportando na bagagem dos seus soldados e colonizadores essa mesma imperialista cultura de que o autor dos "Châtiments" é inconsciente instrumento. Deste império nunca os naturais herdeiros — os homens de cultura do século XIX — preferiram o gosto e a nostalgia, como o "império" menos contestado mas ainda relativamente actuaente de homens como Russet ou Sartre o pode redefinir. Mas em que termos e em que contexto; nem a mais estremosa mite victor-huguenca poderia reconhecer nos novos militantes culturais os queridos e privilegiados filhos. Onde Victor

Hugo via raios roubados na forja de Deus, vê Sartre dos Mozs. Do patetismo cultural, ou melhor, do desímo cultural, com suas igrejas, sacerdotes e magos acadêmicos, escritores "consagrados", chefes de filial passamos em menos de um século para um ateísmo cultural, ligeiramente vivído e confessado. É essa mesma ironia a lenta e rápida do mesmo tempo que obriga a colocar em novas perspectivas as relações mais ou menos equívocas que sempre têm existido entre o Poder e a Cultura. Se o Poder continua a chamar-se assim, assumindo como conas mais ou menos própria, uma realidade a que chama cultura e para a qual até inventa um Ministério, essa realidade na sua função viva recusa o título com que a nomeiam e detira e com as honras que, burrasca e humanitariamente lhe são atriitas, os deveres, as normas ou as condições activíveis do seu exercício. Daí resulta o paradoxo da actual querria que parece existir entre ambos no lugar mítico por excelência da ocidental cultura. De um lado a ilusão de um Poder que continua a pensar sob o conceito de cultura, o que os homens da cultura real não aceitam senão como ficção. Do outro uma Cultura que vive da sua permanente e radical autoconção, mas de que de todos os privilégios de que abdicou guarda o mais audacioso: o de definir ela mesma a ideia desse Poder, que mais não seja sob a forma de sua pura e simples supressão. Sob um tal fundo de nillismo cultural, como é possível ainda pensar de maneira positiva à relação entre o Estado e a Cultura? Concretamente: como justificar, por exemplo, o conceito mesmo de um Ministério da Cultura? Se no estado burguês a função mais funda da Cultura é a de contestar a forma mesma desse estado, como pode esse estado pretender sem renúncia a actividade ocupar-se de uma cultura que só o conhece por o negar? Por outro lado, como podem os intelectuais que já não concebiam a sua acção senão com a auto-negação da herança cultural insurgiu-se contra um estado representado pelo Ministério de uma Cultura que é para eles da ordem da ficção?

## Europa e integração

# Novo regime abre os caminhos da Europa económica

NENHUM português que sinta verdadeiramente os problemas da sua Pátria poderá ficar indiferente à jornada gloriosa de «25 de Abril» em que as Forças Armadas devolveram ao povo português a liberdade, a democracia, a tolerância e a justiça que haviam roubado quarenta anos de fascismo salazarista. Por isso, o povo português contraiu para com as Forças Armadas uma dívida de gratidão; mas recebeu também uma herança extremamente difícil: a de continuar e acelerar contra ventos e marts o desenvolvimento do processo democrático da sociedade portuguesa.

Ninguém duvida que tal caminho está cheio de espinhos. O Movimento das Forças Armadas ao restituir a liberdade ao povo português modificou a imagem internacional do País e conferiu imediatamente um maior grau de responsabilidade a todo o português na construção do seu futuro.

Na óptica internacional, a imagem do Portugal fascista apagou-se e simultaneamente desapareceram os obstáculos ao seu ingresso no clube das nações livres e prósperas que hoje formam a Comunidade Europeia. Na verdade, ainda há bem pouco tempo o militante italiano anti-fascista Albeno Spinelli (actualmente membro da Comissão do Ecomercado) afirmava em «Agenda pour l'Europe» que, na medida em que «a liberdade e a democracia são as duas pedras angulares fundamentais da Comunidade Europeia» esta Organização não pode aceitar a entrada de países como a Espanha, Portugal e a Grécia enquanto a liberdade não reinar de novo nestes países». Depois do 25 de Abril Spinelli acrescenta: «a vocação europeia de Portugal poderá por fim afirmar-se. Esperamos com impaciência o momento em que o Governo português, eleito democraticamente, apresente a sua candidatura à Comunidade». Mas Spinelli não se fica pelos princípios, mas estuda a própria Comunidade e ajuda Portugal na resolução dos seus graves e múltiplos problemas: «em virtude do caminho para a criação de instituições livres, para

a liquidação da guerra colonial e para o progresso económico e social estar sem dúvida cheio de dificuldade, é de esperar que a Comunidade Europeia que não tem falta de instrumentos para este fim, assim como todos os Estados membros, estejam prontos a auxiliar este povo irmão sempre que necessário». No mesmo sentido se pronunciaram as autoridades do Conselho da Europa (Organização de que Portugal não faz parte devido ao fascismo) ao rezarem-se com os recentes acontecimentos e com a entrada do novo país para a família das nações democráticas europeias. Por seu turno, a Comissão Política do Parlamento Europeu manifestou o desejo de que a evolução progressiva da democracia em Portugal possa ter um efeito favorável nas relações entre Portugal e a Comunidade e que seja possível num futuro próximo estabelecer uma cooperação entre o Parlamento Português livremente eleito e o Parlamento Europeu. Receptivos se mostraram igualmente os actuais Presidentes do Conselho e da Comissão, respectivamente, W. Schell e Xavier Ortoli, pela participação de Portugal na construção europeia no quadro da nova ordem política. Neste contexto, Portugal que até há pouco tempo era considerado pelas autoridades do Ecomercado e da EFTA como um parceiro eminentemente comercial passou doravante a ser considerado como um parceiro que fala também a mesma linguagem política e social.

No plano interno, cada português terá de assumir uma maior responsabilidade na construção de uma sociedade democrática que sempre desejou mas que nunca viveu. Mas responsabilidade implica mais interesse e maior participação na resolução dos graves problemas com que se debate o País. As Forças Armadas restituíram ao povo português a liberdade e a democracia. Já é muito para tão pouco tempo. Mas não se esqueça que permanecem por resolver múltiplos problemas de natureza económica e política e a guerra econo-

mica que divide os portugueses vai absorvendo somas fabulosas cujo gasto seria bem mais proveitoso se fosse investido em sectores mais produtivos; «é o cancro da inflação cuja aceleração vem correndo a economia e diminuindo assustadoramente o poder de compra da grande maioria dos portugueses; é a necessidade de intensificar o processo de industrialização em ordem a obter o regresso dos milhares de portugueses que neste momento estão dando a outros países todo o seu esforço; e enfim a escassa administração, e escassa conscientização política dos portugueses, etc., etc.

Na verdade o problema de fundo permanece: o de elevar, em prazo mais ou menos curto, Portugal ao nível das nações democráticas e mais evoluídas. Acusava-se o fascismo e o sistema político e económico por ele instituído de ser o responsável pelo atraso de Portugal. Pois bem: trata-se agora de resolver o mesmo problema por outra via e outros processos: o processo da democracia. O problema do atraso português vai ser um teste à eficácia de uma nova organização política, económica e social. Ou melhor: vai ser um teste à capacidade dos portugueses em resolverem o seu problema por um processo a que não estavam habituados. Durante o fascismo o povo português alienava o seu pensamento e a sua capacidade de resolução dos problemas à «super-inteligência» dos ditadores fascistas que o exploravam e o esmagavam. Agora cada português tem o direito de ser ouvido na resolução dos assuntos nacionais. Cada português assume por isso uma maior responsabilidade perante si próprio e perante a Comunidade portuguesa. Mas responsabilidade significa não apenas maior participação na construção de uma sociedade mais justa; cada português tem também o dever cívico de vigiar o cumprimento da nova ordem que se pretende instituir. Na rua, na empresa ou na repartição todo o português deve ser um vigilante do cumprimento das novas directrices emanadas da Junta

Expresso

74-05-18 R 17-18



O ASSASSINATO de Amílcar Cabral, no dia 20 de Janeiro do ano passado, não teve só a consequência de ter tirado ao P.A.I.G.C. o seu brilhante Secretário-Geral, mas também privou o movimento de libertação nacional de um dos seus mais esclarecidos dirigentes. Por detrás do crime, que a informação difundida pelo deposto governo noticiou como resultado de nebulosa guerra intestina nas fileiras do aludido partido, estiveram não só as forças do colonialismo português mas também os aliados mais ou menos vendidos aos diversos imperialismos interessados na solução pacífica que, amortecendo o ímpeto revolucionário reforçado pelo prolongamento da guerra, tentaria abrir caminho às soluções neo-colonialistas.

A perspectiva que Amílcar Cabral explicitamente defendeu em relação à guerra popular no seu País teve como base a concepção de Clausewitz (também perfilhada por Lenine e, mais recentemente por Mao), segundo a qual a guerra nada mais seria que a prossecução da política por outros meios. Neste caso, um instrumento ao serviço da vitória da ideologia defendida pelo P.A.I.G.C.

Esta montagem de textos de Amílcar Cabral foi publicada em Portugal e difundida através dos mais diversos meios, antes do passado dia 25. Por anti-colonialistas que não necessitaram da margem legal de liberdades concedidas.

João Isidro



# A EVOLUÇÃO DO P. A. I. G. C. ANALISADA POR AMÍLCAR CABRAL



Amílcar Cabral

A GUINÉ e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias estabelecidas em África pelos europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Depois da Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências da altura, deu-se conta do que se chamava a ocupação efectiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países da Guiné e Cabo Verde. Aqui a sua presença manifestava-se através dos chamados "donatários", que tinham ocupado as ilhas e que tentavam explorá-las utilizando sobretudo gente vinda de Portugal ou da Guiné; e nestas últimas, através dos entrepostos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efectivamente a Guiné. Isto provocou imediatamente uma reacção por parte das populações. Primeiro as populações costeiras: os Manjacos, os Papelis, sobretudo na zona que constitui hoje a ilha de Bissau; os Balantas, um pouco mais no interior; os Fulas, os Mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa, ao decurso daquilo a que os portugueses chamavam mais tarde as "guerras de pacificação", que duraram perto de meio século, durante o qual, segundo Teixeira Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um afrontamento entre as nossas gentes e os portugueses.

Conhecidas todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para podermos dominar, uma a uma, as diferentes tribus. Aproveitaram-se de todas as contradições entre as diversas etnias, entregando-se mesmo a actos que poríamos considerar ilógicos e conseguimos sempre encontrar um ou outro africano, entre aqueles que eram influentes, para servir a sua causa.

Mas a verdade ficou gravada não somente na história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só pudesse terminar oficialmente essas famosas guerras de pacificação em 1917, embora na realidade elas só acabassem em 1936, quando ele conseguiu enganar os últimos resistentes bissau, os quais no entanto não depositaram as armas de facto, foram traídos e entregues por elementos da sua gente.

Esta tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional. A partir dos anos 30, Portugal — onde o fascismo tinha sido instalado — começou a implantar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto da política portuguesa ter sido marcada por uma ditadura fascista num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente administrado por Portugal, caracteriza de modo flagrante a si-

tução política do nosso país antes da luta de libertação nacional (...).

Antes de começar a luta armada decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começámos por criar organizações recreativas, uma vez que era então impossível dar-lhes um carácter político. Isto foi importante, não por causa da ideia de criar uma organização, mas porque o colonialismo não o permitiu, o que provou as grandes massas da nossa juventude que se tinham entusiasmado por esta ideia, que, sob a dominação portuguesa, os africanos não tinham qualquer direito. Isto deu-nos mais coragem para outras acções, para espalhar outras ideias e para fazer avançar a luta. Antes que esta se desenvolvesse completamente, ou mais exactamente, antes que ela tomasse a forma de luta armada, o momento mais importante foi em 1956.

Nesse ano, por altura de uma visita que fiz à minha família estava então exilado, decidimos criar clandestinamente o nosso Partido. Isto significa que o momento sublinhado, para nós, antes da luta armada, foi quando chegámos a convicção de que apenas nos era possível trabalhar na clandestinidade.

Depois da criação do Partido, em 1956, houve um outro momento de grande importância. Em 1955, quando os portugueses fizeram o massacre de Fijiguiti, que desencadeou uma grande indignação em toda a população da Guiné e Cabo Verde. Esse momento marca um ponto decisivo porque provou que o Partido seguia uma linha errada e não tinha nenhuma experiência. Nesta época o Partido nada sabia do que se passava no mundo e éramos obrigados a avançar empiricamente. Só em 1961 conhecemos a obra de Mao Tsé-Tung. A falta de experiência fazia-nos pensar que podíamos lutar nas cidades por meio de greves e de outras acções, mas enganávamo-nos, e a realidade do momento provou-nos que isto não era possível.

Nesse mesmo ano, depois da independência da Guiné em 1958, criaram-se pequenos grupos e seguidamente, exactamente em 1959, o Partido conseguiu reunir-se de modo coerente à sua volta. Havia uma única organização e ninguém se reclamou de qualquer outra facção. Isto prova a confiança do povo na direcção do Partido. Em Setembro de 1959, um mês depois do massacre de Fijiguiti, tivemos em Bissau uma reunião clandestina que provocou uma viragem total no carácter da nossa luta. Foi então que começámos a preparar-nos para a luta armada e que decidimos penetrar no meio rural. O próprio presidente do Partido, o camarada Rafael Barbosa, foi o primeiro a ir ao mato mobilizar gente, para criar os elementos do Partido. Os nossos militantes da cidade também foram para lá — operários, pequenos empregados, etc. — todos

## Movimentos de Libertação Nacional



abandonaram o que tinham e partiram para o mato para mobilizar população.

Um outro momento capital foi a diligência do Partido para apoiar a luta dos angolanos por meio de acções directas nas escolas "regias", em Agosto de 1961. Tínhamos feito algumas sabotagens importantes; os portugueses responderam com uma grande repressão contra a nossa população, o que tornou ainda mais agudas as contradições entre nós e eles e nos impeliu imediatamente para a luta armada.

Essa grande vaga de repressão — no decurso da qual foi preso o camarada Rafael Barbosa — não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de libertação. Pelo contrário, galvanizou a nossa vontade de fazer avançar a luta e provou aos portugueses que nada nos poderia deter.

Em princípios de 1961 os portugueses prenderam vinte membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, sendo alguns dirigentes do Partido. A grande movimentação que então se gerou obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertar a maioria. Isto deu-nos muito prestígio e contribuiu para engrasar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia de luta.

O Partido decidiu depois aproveitar a existência de países independentes ou, pelo menos, de um país independente, ao lado do nosso. Se os factores internos são decisivos, também não podemos desprezar os factores externos. A existência da República da Guiné permitiu ao nosso partido decidir que alguns dos seus dirigentes se fossem ali instalar temporariamente para criarem os meios necessários ao apoio da luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a formação de militantes políticos activos, o que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 tinhamos criado em Conakry, em condições miseráveis, uma escola política onde chamámos em primeiro lugar os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que eles fossem treinados e fossem mobilizar o povo para a luta.

## Do esforço diplomático à luta armada

A primeira vez que nos dirigimos a esta IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi em 12 de Dezembro de 1962. Dez anos é, na verdade, um período bem longo e por vezes decisivo para a vida de um ser humano, mas é bem pouco ao quadro do eterno dever da existência ou da história de um povo. Contudo, grandes modificações, radicais e irrevoluções, se operaram na vida do nosso povo. Infelizmente não nos é possível invocar a nossa memória para comparar a situação de então e a de hoje, porque a maioria senão a totalidade dos Representantes desta Comissão já não são os mesmos. Faremos pois um breve resumo do que se passou então.

Era um momento crucial da história da nossa luta. O massacre de Pidjiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses a 3 de Agosto de 1962, com a participação de navios de Bisau e os trabalhadores dos barcos de transporte fluvial em greve, tinha sido, à custa de 50 mortos e mais de uma centena de feridos graves, uma dolorosa lição para o nosso povo. Apreendemos que, contra os colonialistas portugueses, não era questão de escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Eles tinham armas e estavam decididos a liquidar-nos.

Decidimos então, no decurso de uma reunião clandestina da direcção do nosso Partido, realizada em Bisau em 19 de Setembro de 1962, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e prepararmo-nos para a luta armada. Para tanto precisáramos de uma sólida base política no meio rural e, após três anos de intensa actividade de mobilização e organização das populações rurais, tínhamos conseguido criá-la, apesar da vigilância constante das autoridades coloniais. Sentindo soprar as brisas anunciadoras daquilo a que um dirigente inglês chamou "o vento da mudança", os colonialistas portugueses desencadearam uma vasta acção de repressão policial e militar contra as forças nacionalistas. Em Junho de 1962, mais de 2000 patriotas suspeitos de nacionalismo tinham sido presos em todo o país. Várias aldeias foram queimadas e as suas populações massacradas. Dezenas de compatriotas foram queimados vivos ou afogados nos rios. Nas prisões, a tortura fizera dezenas de vítimas. A dialéctica da repressão tinha galvanizado a determinação do nosso povo em luta. Algumas encarnações tinham já tido lugar entre patriotas armados e as forças de repressão colonialista.

Face a uma tal situação, acreditámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU, a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo, poderia levar o governo português a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo.

Alguns poderes, à luz dos acontecimentos posteriores, consideram que éramos então ingénuos. Pensámos que era nosso dever dirigimo-nos à organização internacional. Foi num tal contexto que julgámos indispensável

apresentarmo-nos à IV Comissão. A nossa mensagem foi, de facto, o apelo de um povo confrontado com uma situação particularmente difícil, mas determinado a pagar o preço necessário para a reconquista da sua dignidade e da sua liberdade. A nossa mensagem foi igualmente uma prova de confiança na força dos princípios e na capacidade de acção da ONU. Que dissemos então perante a IV Comissão?

Em primeiro lugar definimos claramente os objectivos da nossa presença perante a ONU. Dissemos isto:

"Estamos aqui como representantes do povo africano da Guiné portuguesa e das ilhas de Cabo Verde. O nosso povo confia inteiramente no nosso Partido — o PAIGC — organização que o organiza e mobiliza para a luta de libertação nacional, para a tarefa difícil de liquidar entre nós o colonialismo. O nosso povo está, como sabeis, amordaçado pela ausência total das liberdades fundamentais e pela repressão colonial portuguesa. Considera como seus representantes legítimos, tendo o direito e o dever de fazer em seu nome, aqueles que ao longo dos últimos 15 anos da história da África têm defendido os seus interesses de todas as formas possíveis. Viermos aqui afim de, com base na situação concreta do nosso país e com o apoio das leis internacionais, encontrar convosco e com a própria delegação portuguesa a via mais curta e mais eficaz para acabar urgentemente com o colonialismo português na Guiné e Cabo Verde (...)

Depois de se ter exposto a situação prevalente no país, principalmente no que dizia respeito ao recrudescimento da repressão policial e militar, ao carácter feroz das chamadas reformas adoptadas pelo governo português em Setembro de 1961 e às perspectivas do desenvolvimento da nossa luta, tínhamos então analisado o problema da legalidade ou ilegalidade desta luta. Dispensamo-nos de relembrar as passagens desta análise e menciono apenas o ponto seguinte:

"A renúncia sobre a descolonização não comprometerá unicamente Portugal e o nosso povo

a acabar com a dominação colonial entre nós. Comprometeu a própria ONU a fazer todo o possível para acabar com a dominação colonial onde quer que ela se encontre, a fim de facilitar o acesso de todos os povos colonizados à independência nacional. Estamos convencidos de que o governo português não pode continuar impune na prática obstinada de um crime internacional. Estamos igualmente convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes, tanto para fazer respeitar os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização".



Nina, a guarnição. Um poster com esta foto constou não poucas vezes do rol de propaganda dita subversiva apreendida pela F.I.D.E. nas casas a que passava buscas.

Numa tal perspectiva e com base numa decisão irrevogável, definimos então as três possibilidades que se oferecem à evolação e à situação do conflito entre o governo português e o nosso povo africano. Essas possibilidades eram as seguintes:

1) Mudança radical na posição do governo português;

2) Uma acção concreta e imediata por parte da ONU;

3) Lutar unicamente com os nossos próprios meios.

Como prova da nossa confiança na organização internacional e tendo em conta a influência certa que alguns dos seus membros podiam exercer sobre o governo português, tínhamos então tomado em consideração apenas as duas

primeiras possibilidades e apresentado as propostas que se seguem.

Para a primeira alternativa — Contacto imediato entre a delegação portuguesa e a nossa. Consulta ao governo português para que uma data próxima seja fixada com vista à abertura de negociações entre os seus representantes e os representantes legítimos da Guiné e de Cabo Verde. Até à realização

dessas negociações cessarão os actos de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as acções por parte dos nacionalistas.

Para a segunda alternativa — a ajuda da ONU. Aceitação do princípio de que a ONU não será verdadeiramente eficaz se a ajuda não for realizada simultaneamente no plano moral, político e material. Propúnhamos então a criação imediata, pela ONU, de um Comité especial para a autodeterminação e independência nacional dos territórios administrados por Portugal. E propúnhamos igualmente que esse Comité pudesse começar os seus trabalhos ainda no decurso daquela própria Sessão. Para terminar, tínhamos declarado que estávamos prontos a dar a melhor colaboração a esse Comité, o propósito que ele tivesse a tarefa de ajudar concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial.

Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do governo português, nem da parte da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963, para responder, com a nossa luta armada de libertação, à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo governo de Portugal.

# A evolução do P.A.I.G.C.

## analisada por Amílcar Cabral

### As dificuldades da luta

As dificuldades da luta foram sobretudo dificuldades inerentes à nossa genérica situação de país não-desenvolvido cuja história foi travada pela dominação colonialista, imperialista. Um povo que parte do nada como o nosso, um povo que teve que começar a lutar sem-luz, um povo que tinha 99% de analfabetos não podem ver o esforço de alfabetização que temos de fazer para criar escolas; um povo que tinha apenas 14 homens com formação universitária, não podia pensar de ter dificuldades para empreender a luta armada.

Além disso havia um problema comum à África mas que estava agravado entre nós: o nosso povo não só era subalimentado como também vítima de numerosas doenças, porque os portugueses nunca se preocuparam com a criação de uma saúde pública decente. Tudo levamos dificuldades no início da nossa luta.

Uma outra dificuldade é a seguinte: a nossa própria cultura africana, que corresponde à estrutura económica que ainda é a nossa, provocou dificuldades em certos aspectos da luta. Serão coisas que aqueles que julgam a luta do exterior não têm em conta, mas que nós tivemos de tomar em consideração, porque uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem mesmo bem o que são a chuva, as cheias, os relâmpagos, a trovoadas, o tufão, o tornado, e outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos.

Isto é muito importante numa luta como a nossa. Outra dificuldade é a seguinte: o nosso povo lutou utilizando as armas tradicionais contra a dominação colonial. Mas hoje temos de travar uma guerra moderna. Uma guerra de guerrilha, mas moderna, com táticas modernas. Também isso nos criou dificuldades: é necessário



formar quadros, preparar combatentes, de modo a adaptá-los a este género de luta. Fomos obrigados a prepará-los no decurso da própria luta, por que não tivemos tempo de criar escolas. Só agora, como sabem, é que temos escolas de combatentes.

Tivemos pois de fazer a aprendizagem da luta armada. Enquanto que os oficiais portugueses, que dirigem a luta portuguesa, saem das academias militares após 7 anos de preparação, além dos cursos de base em que participam, nós tivemos de mobilizar jovens da cidade ou dos campos, alguns deles sem nenhuma instrução, obrigados a adquirir ao longo da luta a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses. Basta dizer que o governo português se viu obrigado a mudar 5 vezes o Estado-Maior no nosso país e que alguns oficiais foram mesmo castigados. Não é preciso ir à academia militar para lutar na própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo.

## A violência: via única

Os factos dispensam-nos de provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitamos que o princípio segundo o qual a luta de libertação é uma revolução e que esta não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há, nem pode haver, libertação nacional sem utilização da violência libertadora por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, quaisquer que sejam as características locais, a dominação imperialista implica um estado de violência permanente contra as forças nacionalistas. Não há povo sobre a terra que, tendo estado submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neo-colonialista), tenha conquistado a sua independência (nominal ou efectiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais são as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder, não só à violência do imperialismo, mas também para garantir pela luta a vitória final da sua causa: a verdadeira independência nacional.

As experiências vividas por certos povos, a situação actual da luta de libertação no mundo, assim como a situação de violência permanente, ou pelo menos de contradições e de sobresaltos, na qual se encontram certos países que conquistaram a sua independência pela via dita pacífica, demonstram não apenas que os compromissos com o imperialismo são incoerentes, mas ainda que a via normal de libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada.

Cremos não escandalizar esta assembleia ao afirmar que a via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos,



"Nós vamos construir na Pátria Imortal a Paz e o Progresso". A aprendizagem da língua escrita adoptada oficialmente no fatado é o creoulot numa escola situada no coração das zonas libertadas, cuja existência o anterior governo sempre negou

isso é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada. É essa a grande lição que a história contemporânea da luta de li-

bertação ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no esforço de libertação dos seus povos.

## Meio rural e mobilização de massas

Quería insinuar sobre a condição do nosso meio rural. Falava de camponeses mas o termo "camponês" é muito vago. O camponês que lutou na Argélia não é o nosso camponês; o camponês que lutou na China não é o nosso camponês.

Entre nós acontece isto: primeiramente, o colonialista português nem sequer se apropriou das terras, deixou os nossos compatriotas cultivarem eles próprios as terras; não criou empresas agrícolas como fez por exemplo em Angola; não criou concentrações de colónos, como em Angola, onde deslocou grandes massas de africanos para pôr no seu lugar colónos europeus. Nós mantivemos, sob o colonialismo, uma estrutura de base: a terra como propriedade colectiva da aldeia. É um dos traços importantes que caracterizam o nosso meio rural que, por outro lado, não era directamente explorado pelo colonizador, mas era explorado através do comércio, pela diferença entre os preços e o valor dos produtos. Era aí que se encontrava a exploração — não no trabalho directo, como acontecia em Angola com os trabalhadores contratados e outra gente como empregados das companhias, por exemplo. Isto punha, para a nossa luta, um problema difícil de resolver: provar ao

camponês que ele era explorado na sua própria terra.

Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes "A terra deve pertencer a quem trabalha". Porque aqui a terra não falta. Há toda a terra de que se precisa. Era pois necessário encontrar formas apropriadas para mobilizar os nossos camponeses, em vez de utilizar termos que a nossa gente não podia ainda compreender. Nunca em vez de utilizar termos que a nossa gente não podia ainda compreender. Nunca mobilizámos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso, falamos uma linguagem directa e acessível a todos:

Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é o teu pai? O que é que lhe aconteceu ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a situação? Já pagaste os teus impostos? O teu pai já pagou os seus impostos? O que é que já viste desses impostos? Quanto ganhavas com o teu cânhamo? Já pensaste no que lucravas com o teu cânhamo? É o trabalho que ele custou à tua família? Quem é que já esteve preso? Tu já estiveste preso?

E com esta base que se fez a mobilização.

Vai trabalhar na estrada. Quem

te dá a ferramenta para trabalhar? Es tu que a dá. Quem te dá a comida? Es tu que a dá. Mas quem anda pela estrada? Quem é que tem um carro? É a tua filha, que foi violada por falano — achas isto bem?

Para entusiasmar alguns elementos, servimo-nos inclusivamente de certos casos concretos: que as pessoas conheçam indivíduos que tinham sido inocentados porque o colonialismo tinha agido mal, mas não sabiam o que era o colonialismo português.

Na nossa mobilização evitamos tudo o que possa ser generalidade, frases feitas. É um dos aspectos que consideramos muito importante, no nosso caso concreto, porque partimos da realidade concreta do povo. Evitamos que o camponês pudesse pensar que éramos gente estranha que lhe vinha dar lições; colocávamo-nos na posição de pessoas que vinham aprender com o camponês e finalmente descobria pouco a pouco porque é que as coisas correm tão mal. Ele chega assim a compreender que há uma terrível exploração e que é ele quem paga tudo, incluindo os benefícios de quem vive na cidade. Isso prova a necessidade que tem cada povo de reconhecer a sua própria fórmula de se mobilizar para a luta.



## O tribalismo — um obstáculo?

Quanto às questões tribais, a nossa opinião a este respeito é bastante diferente da de outros. Consideramos que, quando os colonos chegaram à África, a estrutura tribal estava já em vias de se desagregar, a partir da evolução económica e dos acontecimentos históricos no quadro africano. Não se pode dizer que hoje a África seja tribal. Há ainda em África restos

de tribalismo, particularmente na mentalidade das pessoas, mas não na estrutura económica propriamente dita. Por outro lado, se o colonialismo fez alguma coisa positiva foi a destruição em grande parte dos restos de tribalismo que subsistiam em diferentes sítios do nosso país.

Por isso não tivemos grandes dificuldades no plano tribal. Tivemos dificuldades em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que alimenta esta consciência nacional. Mas, em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma raça que deve lutar contra a dominação portuguesa, porque nós não recorremos a frases feitas, nem à luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. E isso a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade com a sua personalidade própria. Foram

estas as razões que arrastaram o nosso povo.

Também sabemos que o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. Por outro lado, devemos insistir no facto de o povo africano (tanto no nosso país como no Congo, onde se produziram cenas terríveis do ponto de vista tribal) não é tribalista. São se oportunistas políticos são tribalistas.

Quanto ao nosso país, fazemos questão de acrescentar que a luta armada não só liquidou os resíduos de ideias tribais que ainda podiam subsistir, mas está ainda em vias de transformar completamente o nosso povo. (...) Um homem novo está em vias de nascer no nosso chão. Uma mulher nova está em vias de se formar no nosso chão. E se tiverem ocasião de falar com as nossas crianças, podem ver que as crianças das nossas escolas já têm uma consciência política, patriótica, e querem lutar pela independência do nosso país. Uma consciência que faz com que se entusiasmem com os outros, um sentimento de unidade nacional e de unidade ao nível africano.

## O maior êxito

Para o nosso povo e para o seu Partido nacional, o êxito mais importante da nossa luta não reside no facto de, à despeito das condições particularmente difíceis enfrentadas pelo nosso povo, termos sido capazes de nos batermos victoriosamente contra as tropas colonialistas portuguesas. O maior êxito da nossa combata é o facto de, ao mesmo tempo que nos batemos, termos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas. É certo que é ainda uma vida dura, porque exige de nós muitos esforços e sacrifícios face à realidade de uma guerra colonial de genocídio. Mas uma vida cheia de beleza, porque é feita de trabalho produtivo eficaz, de liberdade, de democracia, de dignidade reconquistada do nosso povo.

Com efeito, estes dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, como também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, no solo da nossa pátria africana. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, e que é ao mesmo tempo a sua força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e as crianças do nosso país.

É que ninguém se espante se ossemos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de um cada dia, e por força das circunstâncias criadas ou impostas pelo governo português, sucumbirem ingloriosamente grande número de jovens portugueses, sob

e fogo dos nossos combatentes. Estamos orgulhosos, sim, da consciência nacional das nossas populações, da unidade do povo localizada na luta de desmantelamento das culturas dos diversos grupos étnicos, das escolas, dos hospitais, dos postos sanitários que funcionam em pleno dia apesar dos bombardeamentos e dos saques dos colonialistas. (...) Estamos orgulhosos por ver milhares de adultos alfabetizados, por verem caponenses utilizarem comprimidos e outros medicamentos muito simples, mas que até aqui nunca tinham tido sorte de conhecerem; por termos formado, no decurso da luta, 497 quadros superiores, médios e profissionais; pelo facto que neste momento 495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto 15 000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias, 5 escolas secundárias, internas e semi-internas, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professoras e professores.

Fazemos questão de reafirmar perante vós esta certeza: nenhuma força do mundo será capaz de evitar a libertação total do nosso povo e a conquista da independência nacional do nosso país. Reafirmamos igualmente o carácter indestrutível da unidade do nosso povo africano: da Guiné e Cabo Verde, assim como a nossa determinação inquebrantável de libertar do jugo colonial e da ocupação militar portuguesa todas as parcelas do nosso território nacional.

# A Frelimo e os "outros"

MAS QUEM são estes frelinistas ou esta FRELIMO que confiam nos "Democratas de Moçambique" e nos "Estudantes"? Aos seguidos do mais cerrado boicote de informações mónicas e de uma propaganda política portuguesa extremamente errada, pretendiam projectar na opinião pública de Moçambique a imagem de um grupo desorganizado, de maltrapilhos a soldo de tenebrosos interesses estrangeiros. E esta, com efeito e com ligeiras variantes, a ideia que grande parte da imprensa branca e determinados sectores da pequena burguesia negra faz, ainda hoje, daquele movimento. A esta imagem, e com gravíssimas consequências de desorientação ideológica entre estes sectores

populacionais, sobreps-se ao longo dos últimos anos uma evidente intensificação da guerra, diversas acções de guerrilha exemplares, a abertura de uma quarta frente de luta armada em Manica e Sofala e a certeza a que chegavam gradualmente os mais responsáveis militares portugueses, de que as soluções para o conflito seriam de agir uma via política. O que, em relação à FRELIMO, concretamente se passara e que, de um pequeno grupo pequinês-burguês reaccionário e alijado das realidades concretas do povo moçambicano, surgira uma organização de massas definida e consolidando ao longo dos anos e na prática de uma luta, armada revolucionária a sua linha



Na foto, o Presidente Nyerere, de Tanzânia, assistindo ao funeral do dr. Eduardo Mondlane, Presidente da Frelimo, assassinado em 1966. À direita, a sua mulher, a americana Jane Mondlane, e os seus dois filhos

política. Uma linha política, portanto, enraizada e reflectindo os circunstancialismos de Moçambique e procurando responder às mais íntimas aspirações do seu povo.

## 25 de Setembro de 1964: a luta armada

A luta armada, ou guerra de libertação nacional, é desencadeada em 25 de Setembro de 1964 mas só surge quando todas as possibilidades de diálogo foram violentamente coarctadas pelo aterrorizador fascista português.

Trata-se com efeito de uma luta de último recurso e este aspecto tem vindo desde sempre a ser referido em muitos dos comunicados do movimento: "se a auto-determinação diversa sido concedida antes da luta armada, o povo moçambicano não teria sido obrigado a pegar em armas" — e, somadamente declarado com frequência em programas da Frente através da Rádio Zâmbia e Tanzânia e no seu órgão semi-secreto, o "Revolução em Moçambique".

Por outro lado, a FRELIMO tem igualmente sido sempre a preocupação de definir concretamente o inimigo contra o qual e base em termos inequívocos. Declarando simbolizar a unidade do povo de Moçambique de norte a sul e englobar "o conjunto de todas as forças do nosso país sem distinção de espécie alguma: raça, sexo, crenças religiosas ou lugar de residência" a FRELIMO determinou desde o início da sua luta a sua definição de inimigo

"não se baseia na cor da pele dos indivíduos". Aliás, e como é do conhecimento de muita gente, existem brancos moçambicanos filiados na FRELIMO, participando nas ações armadas e, mesmo, pertencendo aos seus quadros dirigentes.

O reconhecimento de uma "Comunidade Portuguesa" em Moçambique e a declaração de que a FRELIMO não se base contra o povo português, referenciava igualmente nesta óptica de multirracionalismo. O presidente Samora Moinist Machado, nomeadamente na sua mensagem anunciando a abertura de uma nova Frente de luta em Manica e Sofala, disse: "Ao desmascararmos a luta armada em Manica e Sofala, onde se encontra instalada uma secção muito importante da comunidade portuguesa do nosso país, queremos realçar que a nossa luta é contra ela e que a nossa vitória irá beneficiar os que vivem do trabalho honesto e digno e discordar da exploração colonial fascista".

Aliás, e igualmente com muita frequência, os comunicados do movimento escutados ou lidos na capital sublinham as possibilidades de uma "relação fraterna e amiga entre o povo mo-

cambicano, sem distinção de espécie alguma", e o sector populacional constituído por pessoas que preferiam manter, num Moçambique futuro, a sua nacionalidade portuguesa — a "Comunidade Portuguesa".

Numa recente emissão da "Voz da FRELIMO" escutada em Lourenço Marques, os objectivos políticos da luta desencadeada há 10 anos por aquele movimento foram assim definidos: "a nossa luta é justa. Ela é parte da luta universal dos povos contra a exploração do homem pelo homem. A nossa luta é contra o colonialismo português, contra o racismo, contra o imperialismo, contra o tribalismo e contra todas as formas de discriminação. Lutamos para vencer os nossos inimigos, para a nossa libertação total, para a libertação total de África e de todos os povos escravizados do mundo inteiro. Lutamos com a coragem tradicional e histórica que desde sempre caracterizou o nosso povo, o povo de Moçambique".

Eis outras referências e declarações sobre a definição, por parte da "Frente de Libertação de Moçambique", dos objectivos por que luta: "conquistar a independência imediata e completa de Moçambique liquidada total e



completa da dominação colonial portuguesa em Moçambique, do imperialismo e de todos os seus vestígios, transformar a situação, construir um Moçambique livre, próspero, desenvolvido, moderno e forte, construir uma nova personalidade moçambicana, estabelecer uma nova ordem social-popular onde não exista a exploração do homem pelo homem."

A noção de que uma luta com estes objectivos será uma "luta prolongada" tem vindo a ser referida com muita insistência nos últimos meses, após ter sido formulada em 1966. Por isto o movimento entende que não estará disposto a aceitar uma independência fictícia ou de tipo neo-colonialista, pelo que a luta armada continuará até que as finalidades por que se bate sejam possíveis de concretizar em todo o Moçambique.

## História da Frelimo

Após a II Guerra Mundial, surgem em Moçambique diversos movimentos culturais, religiosos e, mesmo sindicais com características inicialmente anticolonialistas. Anteriormente, tinham-se já feito sentir diversos movimentos igualmente pré-revolucionários, como a revolta Macoene em Manica e Sofala entre 1895 e 1917.

Outras revoltas de populações, por exemplo como oposição ao recrutamento forçado de mão-de-obra, aos impostos, etc., foram igualmente sufocadas, nomeadamente nos anos de 1924 e 1934. As primeiras organizações que nesta perspectiva ganhavam ressonância internacional são no entanto organizações urbanas como o União Negrofólio, o Centro Nacional dos Negros de Moçambique, o Jornal "Brado Africano". De um modo geral pode dizer-se que a colonização portuguesa sempre teve que contar com oposições mais ou menos amovidas. Porém, os movimentos surgidos, quer pela sua anarquia, quer pela sua reduzida repercussão, quer principalmente porque raramente inseridos na estrutura, jamais tiveram a representatividade que uma organização revolucionária como a FRELIMO viria obter, entre os anos 60 e os noventa dias.

A sua fundação em 1962, seria no entanto precedida pelo aparecimento da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) em Outubro de 1960, em Bulawayo. Tendo por base os trabalhadores moçambicanos que viviam na então Rodésia do Sul, os seus líderes eram Adelino Gwambe, Paulo Gwamato, Carlos Mahleye e Marcelino dos Santos. Em Junho de 1962, a UDENAMO uniu-se a duas outras organizações nacionalistas aparecidas anteriormente, a Moçambique African National Union (MANU), existente na então Tangâmbica, e com a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI, com sede na Namalândia. As três organizações foram-se unindo a Frente de

Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Traza-se ainda, simplesmente, de um movimento de características mal definidas mas nas quais prevalecem as teses do nacionalismo africano estão concretizadas com as independências neo-colonialistas quer a Europa e os Estados Unidos soberanem criar em África. A ultrapassagem de uma primeira críse no interior do recém-formado movimento, será decisiva para a sua escolha de uma prática adequada nos anos seguintes. Até aí pequenas dissensões pessoais e divergências parecem poder ser postas de parte em redor de um objectivo comum: não é assim. A FRELIMO teria que argir uma posição de nacionalismo africano para poder levar avante o seu papel histórico. A alternativa foi a revolução.

Na transição dos anos 1963/64, os primeiros problemas efectivamente graves no interior do movimento surgem à luz do dia. Chegava-se então ao termo de um período designado como de "preparação de luta armada" e as diversas posições ante o modo de a desencadear e levar avante são irreconciliáveis. Por um lado, os nacionalistas defendendo a posição estrema de se iniciar o combate com acções terroristas, definindo o inimigo em termos de duas raças em luta, e pré-negritude. Por outro lado, e esta foi a via que prevaleceu na FRELIMO, uma tendência socialista que se definiu contra o colonialismo português e seus agentes, contra a estrutura de domínio e que apelava para o todo o povo moçambicano de boa vontade. Sem distinção de espécie alguma.

Como consequência da impossibilidade de se concretizar uma plataforma comum, Paulo Gwambe, ex-líder da UNAMI e então secretário-geral adjunto da FRELIMO, e David Mabunda, secretário-geral, cortam com o movimento para fundar em Campala, uma segunda versão "UDENAMO" mais tarde, jun-

tar-se à a eles Adelino Gwambe, da primeira "UDENAMO", que entrariam fundar um outro partido, o Monomopola Democratic Union" (MDU), em Salubéria. Em 1964 Leo Milas — expulso da FRELIMO por se pensar que trabalhava para a CIA — funda em Caturum uma segunda versão da MANU. Em 1965, a nova UDENAMO, MNC e o MDU formam a COREMO, fora da qual ficam a MANU e uma nova UNAMI. De um modo geral todos estes movimentos são directos ou indirectamente infiltrados ou apoiados pela CIA ou por fundos americanos e os seus líderes continuam a defender a necessidade de acções terroristas "exemplares" contra a população branca e visando a sua expulsão total do país. Mas as divisões continuaram em 1965, a COREMO cede-se em das facções e Adelino Gwambe é expulso — para em breve fundar um novo partido, o PAPOMO. Com excepção da COREMO, cuja actividade terrorista em Moçambique só viria a terminar, praticamente com a sua dissolução, nos anos 1970/71, os restantes movimentos dissidentes de um modo geral limitaram-se a acções de propaganda ao estrangeiro, visando colações de fundos e outros apoios. Acabariam por se dissolver ou ficar apenas reduzidos aos seus chefes e a estranhas declarações de princípios mais ou menos de direita.

Entretanto, no interior da FRELIMO, vencidas estas e outras contradições, a luta a desencadear é mais do que nunca teorizada, o que leva a uma maior consciencialização e coesão. Alguns historiadores deste momento afirmam que foi por esta altura que o líder revolucionário cubano Ernesto "Che" Guevara terá vindo a Moçambique, junto à fronteira com o Rovuma e as primeiras "zonas libertadas". Ter-se-á então gerado uma famosa discussão entre os dirigentes da FRELIMO e o "Che", durante a qual este viu concretamente reflectidas as suas teses sobre o desencadearmento da

luta armada revolucionária, principalmente no que respecta à função e situação da consciencialização política nesse processo. Quanto ao dever ideológico do movimento moçambicano, a primeira e principal contradição fora ultrapassada: a transformação da simples luta armada em luta revolucionária.

Frelimo:

# “Não existe fascismo liberal nem colonialismo democrático”

“NO DIA 25 DE Abril de 1974 tomámos conhecimento através das emissoras de radiodifusão do desencadear em Portugal de um golpe de estado pelas Forças Armadas do qual veio a resultar a destituição do governo de Marcello Caetano e a sua substituição por uma Junta de Salvação Nacional. Este Movimento, segundo os seus promotores, visa responder às exigências da crise actual que atravessa o regime e a sociedade portuguesa após 13 anos de guerra colonial. Na realidade, o golpe de estado que acaba de ter lugar não pode ser visto isoladamente: é um resultado da tomada de consciência de sectores crescentes do povo português de que a guerra colonial desencadeada fortemente pelo regime fascista visa reprimir as aspirações dos povos colonizados, a independência e a libertação, e opõe-se em definitivo às próprias aspirações do povo português ao progresso, ao bem estar e à democracia política e social.

Neste momento nós saudamos em primeiro lugar as forças democráticas portuguesas que desde há anos se têm vindo a opor activa e corajosamente à guerra colonial. Essa tomada de consciência crescente está intimamente ligada à afirmação da vontade individual do povo moçambicano assim como dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde à independência e à liberdade, vontade que se concretizou na luta armada de libertação nacional que se tem vindo a estender progressivamente e que no nosso país assiste hoje regredir vital.

## Independência é problema fundamental

A coincidência entre a crise do regime em Portugal e os grandes desenvolvimentos que conheceu a luta de libertação nacional em Moçambique, nos últimos dois anos, não é fruto do acaso, mas uma prova adicional do impacto que tem a nossa luta na situação em Portugal.

O factor determinante da situação em Portugal e nas colónias é e continua a ser, a luta dos nossos povos, e o problema fundamental sem o qual nenhuma solução será possível é o dia da independência dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde, assim como as restantes colónias portuguesas.

No que diz respeito ao povo português, na medida em que os princípios definidos nos proclamações dos autores do golpe de estado conhecidas até agora se concretizarem, tal facto constituirá um passo em frente no estabelecimento da democracia em Portugal.

Os jovens que se engajaram na acção destinada a pôr termo a 48 anos de ditadura ininterrupta em Portugal agindo no sentido das aspirações do povo português à realização dos seus direitos legítimos à democracia, liberdade e independência real, são os mesmos jovens que levados a batente contra o nosso povo compreenderam nas colónias a injustiça da guerra em que estavam envolvidos e a natureza do regime que os levava a dar a sua vida pela defesa

de interesses que eram contrários aos interesses do seu povo.

O estabelecimento da democracia em Portugal será uma vitória para o povo português, vitória que nos alegra.

Para o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, a definição correcta do inimigo sempre constituiu um ponto de princípio essencial: o inimigo do povo moçambicano não é o povo português, ele próprio vítima do fascismo, mas o sistema colonial português. É o próprio sistema português foi levado a compreender que não defendia os interesses do seu povo na guerra colonial ao sentir a deslocação crescente da opinião portuguesa em relação à guerra que trava nas colónias.

Se a nossa luta representou assim uma contribuição à luta do povo português contra o fascismo e para a reconquista do seu direito à democracia a FRELIMO não pode sentir felicitar-se de para isso haver contribuído.

Mas do mesmo modo que o povo português tem direito à independência e à democratização não se poderá negar ao povo moçambicano os mesmos direitos. E por esses direitos cimentamos, mas associamos, que nos batemos.

Os objectivos da FRELIMO são bem claros: a independência total e completa do povo moçambicano, a liquidação do colonialismo português. O povo moçambicano constitui uma entidade distinta do povo português, possui a sua própria personalidade política, cultural e social. Não nos batemos por armas portuguesas e não afirmamos enquanto moçambicanos, sem que tal signifique contudo desprezo pelo povo português ou qualquer outro povo. A FRELIMO realinha a este propósito o princípio de cooperar plenamente numa base de independência, igualdade, respeito e interesse mútuo com todos os povos do mundo.

## A Frelimo uma guerra racial

A FRELIMO realinha ainda claramente que a definição de Moçambique não corresponde a uma cor de pele ou de origem racial, étnica, religiosa ou outra.

são membros da FRELIMO todos os moçambicanos que aderem ao seu programa de luta contra o colonialismo português pela independência de Moçambique. A FRELIMO não é uma organização racial, não faz uma guerra racial.

Reafirmamos aqui o que declaramos em Julho de 1972 no momento da abertura de uma nova frente: “Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala onde se encontra implantada uma facção importante da comunidade portuguesa no nosso país, queremos realinhar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O povo moçambicano fraternalmente comida se soldados portugueses, a população portuguesa a salienta-se ao esforço comum de libertação nacional queremos pôr em guarda certos sectores da população europeia de Moçambique contra as tentativas implantadas pelas forças ultraracistas, encorajadas pelos países racistas vizinhos, de transformar a nossa luta armada de libertação numa guerra total entre brancos e pretos, manobra que tem como objectivo levar os colonos brancos a participar activamente na repressão contra o nosso povo. Tal atitude transforma-se em instrumentos de estas forças e não serve os seus próprios interesses nem os do povo moçambicano”.

## O povo moçambicano em armas

São estes pois — liberdade e independência, afirmação da nossa própria personalidade — os objectivos da nossa luta.

Os combatentes da FRELIMO não são profissionais da guerra. São o povo moçambicano em armas. São, antes de mais, militantes políticos que preparam em armas para pôr termo à violência quotidiana da dominação, da exploração e da repressão colonial.

Cabe ao governo português tirar completamente as lições da experiência passada e compreender bem que só pelo recomeço

mento do direito do povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO, seu autêntico e legítimo representante, à independência, se poderá pôr termo à guerra.

Qualquer tentativa de ludir o problema real só terá como consequência causar nos eus escudados sacrifícios.

A via para a solução do problema é clara: recomeçar o direito do povo moçambicano à independência.

Se porém o objectivo do golpe de estado fôr de encontrar novas fórmulas para perpetuar a opressão sobre o nosso povo, que os governantes portugueses saibam que se depararão com a nossa firme determinação. O povo moçambicano ao longo de 10 anos de luta armada heróica, consentiu penados sacrifícios e derramou o sangue dos melhores dos seus filhos para defender o princípio insalienável da sua soberania como povo livre e independente.

Temperado política e militarmente, encorajado pelos sucessos crescentes na luta armada de libertação nacional, e mais unido do que nunca sob a direcção da FRELIMO, o povo moçambicano não recuará diante de qualquer sacrifício para que triunfem os seus direitos e aspirações fundamentais.

Não poderemos aceitar que a democracia para o povo português sirva como cobertura para impedir a independência do nosso povo. Assim como a época de Caetano demonstrou amplamente que não existe fascismo liberal, é necessário compreender claramente que não há colonialismo democrático.

Neste momento importa que todas as forças solidárias do povo moçambicano e dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde — São Tomé e Príncipe continuem a agir para que seja reconhecido o nosso direito à independência completa e quaisquer manobras visando bloquear o processo da nossa libertação total, vindas tanto da parte do governo português como dos regimes da África do Sul e da Rodésia merita.

Importa ainda que as forças que apoiam a nossa luta reforcem a sua ajuda em todos os planos nos movimentos de libertação para que se possam concretizar com fim do colonialismo português, as aspirações dos nossos povos que são as de toda a Humanidade”.

O Comité Executivo da Frente de Libertação de Moçambique

Luca  
Manuel

# As coisas sonháveis

Manuel de Luena

A 25 DE ABRIL, o movimento das forças armadas derrubou o velho Estado Novo. Estamos a 3 de Maio. Não sobram dúvidas de que o país em geral gostou muito. E de que esteve o sucedido como prelúdio de modificações profundas. Florescer por toda a parte a iniciativa e o desejo, num clima de euforia. Mas outros dirão da festa, no que ela tem de irredutível do que dela se fez. Tratar-se-á aqui apenas de reflectir sobretudo sobre pontos, mas como contributo para que o seguimento não demerça. Uma certa inquietude que também se vislumbra requer sonhos acordados.

## Os caminhos possíveis

1. **Qual são os sonhos?** Muito naturalmente, espera-se de hoje o contrário do que havia ontem. Ou seja, em substituição, três coisas: paz, liberdade política e justiça social. Também se pretende melhor economia e uma soberania diferente. Mas aqui as referências complicam-se. Nos últimos anos houve nitido crescimento económico (proprietário até de um paternalismo previdencial) embora desajustado e insuficiente. E o "Estado Novo", nas relações exteriores, não foi menos independente do que a 1.ª República, embora levando à guerra, instalando-se nela e por ela a fim caído. De modo que é preciso entormos, por várias razões. A uma porque o fomento e a independência constituem a base da obra a emprender: convém que não seja de proletradas e que, sem patrióticas parvoíces, seja de veras portuguesas. A outra porque, nem dos termos, uma eventual incapacidade académica por parte das comarcações com o passado próximo. E em terceiro lugar porque, se a necessidade de uma renovação económica e diplomática não é menor, isso não quer sozinha dizer, considerada a nossa geografia, que se possam intervir de golpe todas as rotas até agora seguras. Na confluência da política interna com os aspectos estrangeiros, a perspectiva que se abre consiste na diversificação das relações e na modificação por tempos dos equilíbrios existentes. Há que re-aventar o papel de Portugal no mundo à medida em que a si próprio o país se faça, satisfatoriamente e com cuidado. Mas isto se dirá depois.

Retenhamos entretanto um resumo dos objectos maiores: descolonizar, democratizar e socializar; reformar a produção; termos um povo cuja in-

dependência beneficie o mundo. Todos estes pontos correspondem a aspirações da grande maioria do povo. Mas conjugal-las não é fácil. Vamos descobrir a breve trecho que se esgana e nos lida quem disse o contrário. Nas preferências e prioridades já começamos de resto a notar diferentes interesses e doutrinas várias. O debate será rude, logicamente. Nem cabem grandes lamentações a esse respeito, por muito que se deva fazer e a concretizar. Só quem tenha ousado tocar guitarra: eis o que está politicamente certo. Mas qualquer que seja o resultado de prevulvas afrontamentos políticos, também parece que o país terá muito a perder com o pendonismo absoluto de algumas reacções e a sistemática marginalização de outras: com o sacrifício por exemplo da descolonização à independência ou vice-versa, ou de ambas à democracia, ou do social ao económico e assim por diante. Mesmo que não seja possível avançar do mesmo passo em todas as frentes, uma solução criadora nunca desparará nenhuma. Só que o electorado também não serve, por aqui tira acção. A crise portuguesa exige a formulação de um projecto coerente, inseparável de um poder que o ponha em prática. Ora nem esse projecto nem esse poder resultarão do enlaço espontâneo das ideias e das forças a cuja fermentação assistimos. O carácter popular que ambas têm de assumir não é o das unanimidades ingenuas nem o das paixões demeritadas. Acalmá-las, equivale a confundir democracia com demagogia, a preparar o demónio. Não sendo isso o que se pretende, é preferível descrever a situação real e propor à consideração de todos os interessados, mantendo-se o voto próximo, os caminhos efectivamente possíveis.

## A primeira contradição

2. A indefinição extensa das liberdades, liberais ou libertárias, não leva longe, embora sem o concurso dessas aspirações também nada de bom se afigure possível. E porquê? Porque embora tenha acabado de cair um Estado Forte, a situação portuguesa é tal que o pior lhe pode agora vir de um poder político fraco. Noutras circunstâncias, poderíamos entrar num intermédio relativamente bom de cair um Estado Fraco, a situação portuguesa é tal que o pior lhe pode agora vir de um poder político fraco. Noutras circunstâncias, poderíamos entrar num intermédio relativamente bom de cair um Estado Fraco, a situação portuguesa é tal que o pior lhe pode agora vir de um poder político fraco. Noutras circunstâncias, poderíamos entrar num intermédio relativamente bom de cair um Estado Fraco, a situação portuguesa é tal que o pior lhe pode agora vir de um poder político fraco.

antes de asserarmos os novos termos da nossa vida colectiva. Mas esse tempo foge. A nossa primeira contradição é esta, entre Liberdades que enfim multiplicadas se exprimem e uma crise que pouco remédios argente. E só reconhecendo francamente um dever dividido de libertar disciplinadas as liberdades é que poderemos manter a pulação dos melhores leitosos. Não se escapará de outro modo à alternativa infeliz (a pergunta seria: onde está a imaginação?) entre novo rigor e ordem e um desastre exaltado.

Que sem um poder político consistente nada Portugal resolverá: é o que desde logo a questão colonial nos diz. Quer a via da paz tenha a ser a das negociações em breve quase por um ematido federal, não se vê como poderá trilhá-la um país sem governantes firmes. No primeiro caso as negociações não serão simples e delas dependerá muita coisa que só negociadores bem apoiados conseguirão obter. Mas mesmo deixando isto de parte, basta pensar na pilula amarga que tantos colonos hão-de querer engolir. Daí uma ameaça de secessão, que a África do Sul e a Rodésia de um modo ou de outro apoiarão e que seria preciso reduzir. Como fazê-lo (é fácil-o direito) com um poder à deriva? No segundo caso, é evidente que a guerra não acabará tão cedo. Mas como levar então os portugueses a continuá-la? Que perspectiva clara, que progressos visíveis os convenceriam de que o seu significado mudou? Ou que a situação nova desonra, para os recalcitrantes, ameaça e promove? Uma fórmula imposta por Lisboa, o diploma federal já de si se afigura suficientemente praticável. Com governos abalados é pura e simplesmente incoerente.

Todas as observações tendem para a mesma conclusão, contrária quer à ideia de um governo provisório de larga unidade, indo dos liberais ao P.C. (ou mais além); quer à de consignar dentro de um ano um sistema parlamentar clássico em que predominem os partidos políticos. Não é assim que o país se dotará dos instrumentos capazes de tratar a sério da questão colonial. A menos que se pretenda, mediante uma exibição de incoerência metropolitana, levar os colonos a declarar independências unilateralmente, de que Portugal lavaria as mãos como Filadélfia. Esta hipótese é a única em que um débil poder acharia um meio de se salvar. É a da fuga — à questão colonial, deixando que os colonos brancos e os nacionalistas negros "lá em baixo se arranjassem". Será porém dividido que desse modo se

propicie uma brilhante carreira ao Portugal livre, interna e internacionalmente, e ocorrerão por uma declaração de falência e de irresponsabilidade. Seria uma veia histórica. E de esperar que o exemplo da Inglaterra na Rodésia não frustre quem não se. Se considerarmos agora o problema económico, chegaremos a um resultado que confirma a reflexão precedente. Em acabando a guerra, faremos face à exigência de uma reconversão acelerada. Em continuando a guerra, despesas como até aqui. Por muito que no primeiro caso se consigam favoráveis acordos de cooperação ou no segundo se beneficie de certa compreensão internacional, a situação será extremamente delicada. Evoluirá de qualquer modo sobre um pano de fundo sombrio. A inflação, as dificuldades do comércio externo, a crise agrícola e as contradições do desenvolvimento industrial pedem uma intervenção acida e segundo planos nitidos. Não convirá decerto exagerar no rigor, transformá-lo em rigidez e cultivar um centralismo sufocante. Mas também se não pode supor que um governo hereditário com um parlamento dilacerado sejam avançadas eficazes. Consequência: não é desejável que a dialéctica paritária tenha a última palavra na condução dos negócios públicos. A utilidade dos partidos políticos é de outra ordem e pressupõe que eles actuem num quadro resistente. Se as forças sociais e políticas se achassem equilibradas, talvez esse quadro resultasse do próprio jogo interno-partidário. Mas não seria. Três pois que lhe ser dado de fora, pelo menos em parte.

Ainda quanto à economia, importa salientar que uma eventual "independência branca" de Angola e Moçambique compensaria largamente em termos de angústia económica um aparente alívio político. Porquê? Por com efeitos catastróficos no "impost-export" português, e depois em outras coisas, nomeadamente o nível de emprego. O risco de insolação autocrática — e mesmo de um retorno reaccionário caracterizado — precar-se-á no dia em que se conjugaem o caso português e a desilusão nacional. Só um maço em desenvolvimento externo permitiria já que evitar o pior. Mas à custa da independência do país e da autonomia de a classe social travalhadora. Sabemos hoje que só o capital pode (e nem sempre) dispensar a pátria. Estamos a chegar à questão social.

Neste campo, a soção das classes

trabalhadoras vai caracterizar-se, coiza que já desviou, pela convergência de reivindicações quantitativas indistintas isoladas, emprego, segurança social e de uma vontade auto-gestora alargada. E ainda bem. Se a pátria não tem de ser forçosamente "a dos outros", não deverá pedir-se aos trabalhadores uma submissão resignada aos imperativos da salvação nacional. Há que reconhecer-lhes, pelo contrário, o direito "a uma qualificada intervenção. Ou seja, com frequência: um direito à luta. Adiante se referem os seus limites, mas é evidente, sejam eles quais forem, que se avizinham necessárias e frequentes intempéries. E então perguntar-se: que fará um poder concluso para coordenar as iniciativas populares, arbitrar os conflitos, apurar uma unidade nacional em movimento? A resposta é: o que Deus quiser. E não satufaz.

**Uma fortaleza ágil**

3. O poder político terá portanto que ser forte, de uma maneira ágil, alimentada pelas próprias liberdades a enquadrar. Como facilmente se intui, frases assim abrem perspectivas incertas. Assumem uma contradição na aparência de que se possa ter as duas, nada mais. Introdzem velidades ou presidem a um esforço de criação relativa, isso é conforme — ver-se-á. Mas a contradição está na realidade antes de vir ao pensamento e os programas absolutos, costumam revelar-se mortais. A relação entre liberdade e autoridade é sempre arduada.

Poder coeso pois. Refere-se em que se não diz Estado: o problema de uma Constituição "definitiva" é outro. Estamos numa transição em que as futuras instituições deverão cobrir-se mas em que salvos pontos particulares. (1) não devem encerrar-las numa forma. Por ora, o que importa é não retrocedermos nas aberturas alcançadas e enraizá-las na prática social. Alargá-las também em coiza não vai sem outra, mas sem confundir as liberdades com o liberalismo tradicional. Foi a confusão interessante do salazarismo, do qual não queremos ser desprezados herdeiros.

**Qual poder?**

4. E então, qual poder? No Portugal post-salazarista os polos políticos são dois: o movimento popular e as forças armadas. Tudo vai portanto depender das relações que estabelecerem entre si também

com a restante nação. Pois nenhum deles conseguirá impor-se sozinho.

O movimento popular é importante mas só tem unidade se tiver as aspirações genéricas, pré-políticas. Carcece pou de direcção. Mesmo que nos limitemos a considerar as vertentes socialistas (a liberal e as autoritárias, a libertária logo se nos desparça: projectos e métodos de acção que tendem a excluir-se. Hoje por hoje, a divisão só é feita entre uma ala "realista", formada pela aliança do P. C. e do P. S. e a extrema-esquerda impaciente, em que avultam "maoutas" e libertárias. Mas a proposta vai no ardo. Nem no campo dos "clássicos" nem em modos "românticos" as concordâncias se afirmam sólidas. E sobretudo predominam em ambos perspectivas inavizíveis. As de uns na medida em que se orientam para o sistema de partidos já referido. As dos outros porque mal adaptados ao país. O maoutas julgam-se em pleno "Terceiro-Mundo" — e são poucos, embora empreendedores. Já os libertários poderão até certo ponto contar com a expansão da tendência auto-gestora, bem mais interessante. Mas note-se que a ideia de generalizar a auto-gestão só pela lei chamado Portugal é provinciana e tola.

Conclusão: o movimento popular, fornece impulsos poderosos mas está ameaçado de cair num beco sem saída. Acrescenta-se ainda que as classes trabalhadoras "stricto sensu" são declinantes, mas não resumem a nação. Os comunistas têm razão quando referem a necessidade de alianças, embora faltem quanto à forma, ao conteúdo e aos pareceres privilegiados delas. Andam à procura, para parlamentos apaixonadamente reformistas, de uma pequena e média burguesia fluida e por vezes reaccionária. Falam mas a importantes sectores de técnicos e de militares, cuja ligação à propriedade privada dos meios de produção é bem mais firme. Desde "inter alia", uma vulnerabilidade extrema em matéria de Estado.

Ora o Estado tem em Portugal um peso particular, para o direito e para o facto como está visto. E embebe um entredomingo com o peso do seu aparelho comportar ruses ilegítimas de evolução neo-burocrática e castrense, não é menos certo que a sua essencialidade significa isolará as classes trabalhadoras: sem resultados melhores. Estamos face a um problema muito menos ideológico do que de arte política.

E passemos às forças armadas. As forças armadas constituem, para começar, uma incógnita. Em termos de organização, não sabemos até onde chegará na ocorrência o

progressismo delas. E a suposição notável — o que se deseja — também: não sabemos até que ponto se revelarão permeáveis as divisões da sociedade civil. No dia em que os militares se desestruturarem activa e equitativamente pelos partidos campariá e impotência (até aqui?) no quadro de uma democracia "burguesa" ou avançada — e a virgem que nos valesse. Mas o pior não é certo.

Outra possibilidade é a de as forças armadas se conservarem substancialmente unidas, como elemento de equilíbrio e de dinamismo de que é a mais favorável nas actuais circunstâncias.

Uma vez que se mantinham em posição relevante, as forças armadas terão de procurar apenas na sociedade civil. E é evidente que militares abertos os procurará sobretudo em duas direcções: a do mundo do trabalho e a do capitalismo moderno. Mas já não é evidente qual o acento técnico da pesquisa e quais os seus resultados. Eis o que não é possível prever "a priori". Em boa medida, isso dependerá da inteligência e do dinamismo dos protagonistas. Se o principal acordo se der com patronais "forças vivas", é natural que nos escansemos, nas colónias, para uma auto-determinação vagarosa e restrita que prevaleçam na metrópole soluções neo-capitalistas e neo-burguesas respeitadoras de conhecidos esquemas europeus; e que se não vislumbrem novidades de monta sem sede diplomática: o estabelecimento de relações com países de leste, por si só, não altera a posição portuguesa no quadro intrínseco e as relações com a África podem inserir-se no contexto neo-colonialista dominante.

Mas se, pelo contrário, o fulcro da situação consistir num encontro entre os militares e forças populares, expressão de velhas e novas classes trabalhadoras, Portugal poderá saciar um processo de transformação profunda e sólida: chegar à fala depressa e nas melhores condições com os combatentes nacionalistas africanos, única maneira justa de se definir a independência, e de se trabalhar por uma verdadeira comunidade de língua portuguesa, aberta ao Brasil; planificar democraticamente a economia e os serviços sociais, expandir o sector público e favorecer auto-gestões; manter as liberdades reforçando-lhes "a base"; desempenhar enfim uma nova função no concerto das nações — fundada nomeadamente numa solidariedade real com a África negra e em convergências significativas com países árabes. Sem de modo algum voltar as costas à Europa tratada de sermos livres e interessados nela.

Esta solução, que é a preferível levanta algumas questões de que tanto será bom referir.

**Vamos discutir**

5. A forma de promover a mudança influi sobre o êxito e é por si nada indiferente. Algumas indicações a seu respeito ficariam sobre uma vontade política.

Em primeiro lugar põe-se exigência de uma organização acção autónoma das classes trabalhadoras. O debate sustinido com as forças armadas e outros não se atrofia idílico. Os MTD dispõem-se, os acordos flácidos não valem nada, a dialéctica tem ser efectiva. De "técnicas sagradas" está o ladoeiro cheio. Este troço ou outro e passa pela plena presença dos dois interventores, hoje amanhã. De modo que as classes trabalhadoras reivindicam e vindicam segundo os seus pontos de vista. Usar muito é a forma maneira de obterem coisa alguma. E o que se lhes requer apenas (é muitíssimo) a capacidade de sabermos que tudo quer muito perde.

Em segundo lugar — e a causa das irreconciliáveis verdadeiras — saliente-se que não se trata, ao falar de classes trabalhadoras, de se empregar o termo por acaso. Ao ascender, o mundo do trabalho diferencia-se, e isso é que o pluralismo político de ser objecto de algo mais do que de uma simples preferência à. A própria unidade das classes trabalhadoras pressupõe cada uma o respeito pela diversidade delas. Também aqui nada é fácil. Mas ainda bem, pois bem sabemos que degeneram as instituições. As liberdades não restam muito tempo sem equilíbrio: forças e separação de poderes que também é aplicável ao problema do civil e do militar se dizias que seria mais fácil pôr a disposição de todas as partes dispensar-se pelas partes e o contrário também não é bom.

Em terceiro lugar, a determinar, uma palavra quanto a partidos e organizações afins: predominio se rebate mais necessariamente se não ignora. É objecto de crítica, mas aplica-se medida em que a sua vitalização não promete bem amanhã mesmo. Nada, se contra as pessoas que os conduzem por duas razões. Uma está em a saída do nível seria impossível, esquecendo tantas coisas extra em que muita gente desperdiça por eles transmitido: pretenciosamente sabe o suficiente sobre os problemas postos.

Espero que os vamos discutir em exemplo.

Do nosso correspondente José Moedas

# “Quem matou Catarina Eufémia...”

BEJA — “Que querem vocês daqui?” — gritou, a meio do favel, com um olhar flamejante de ódio e raiva, o tenente da Guarda Nacional Republicana, certo dia, em nome da repressão fascista, o seu crime ficaria impune.

“Pão, trabalho e paz!” — exclamamos firme a ceifeira alentejana. Foi apenas o que disse. Um empurrão violento para afastar a ferocidade que tinha nos braços e três metros de metalhadora vararam de morte o corpo da VEM CAMPONESA DE 26 anos. Eram onze horas de uma manhã de Maio que nascera clara mas, de súbito, se fezublara de tragédia.

Chamava-se Catarina Eufémia e o seu nome, rasgando clandestinamente a mordacão da censura do regime salazarista, depressa se fez símbolo e bandeira da luta antifascista do povo português. Chamava-se Catarina a mulher de Balcão que as baías da metalhadora do tenente Carrajola assassinaram a 19 de Maio de 1954. Foi há vinte anos, vinte longos a nos de tenebrosa ditadura, e só agora o seu nome se pode escrever livremente nos jornais e nas paredes com a tinta vermelha da liberdade.

Por isso, este ano, amanhã durante todo o dia, a lembrança de

Catarina não vai ser uma jornada de luto, antes uma festa do povo, porque, na inilidível memória da sua evocação, o nome de Catarina Eufémia será sinónimo das liberdades conquistadas no “25 de Abril”.

## Testemunha presencial

“Quem viu matar Catarina/ não perdoa a quem matou” — a palavra do poeta tingi, a vermelho, como o rubro das papoilas, os muros do largo da aldeia de Balcão. O povo jamais obviou o assassinio da ceifeira, e também o aparelho policial de facismo, não esqueceu a coragem da gente da aquela terra alentejana, dezanado, para sempre aniquilada nos centros motores pelas torturas de P. I. D. E.

A reportagem do “Expresso” ouviu, numa casa térrea da rua onde morava Catarina, uma companheira do dia em que a deflora dos legítimos direitos dos trabalhadores a levou para a morte. É Antónia Leandro. Contava então

dezoito anos, a mais nova do grupo. Com um â-vontade de quem (já) nada teme, relata-nos como viu matar Catarina:

— A gente queria melhores salários, o que ganhávamos era uma miséria. Não chegava a vinte escudos. Só quem passou por esse tempo. Quando se soube que no monte do Olival estava um rancho vindo de outra terra, para trabalhar por jorna mais baixa na orla das fazendas, seguimos para lá. Queríamos falar com elas, explicar-lhes as nossas razões, convencê-las a não aceitar. Ao pé da estrada já havia guarda. Desembarcamos a nossa ideia e, a custo, lá deixaram avançar algumas de nós. Ainda não tínhamos dado muitos passos quando se aproximaram tiros. Pensamos recuar mas a Catarina acalmou-nos. Perdemos o medo com as suas palavras e então surgiu o tenente Carrajola de arma em punho. "Que querem vocês, suas burras?" — foi o que ele disse. "Queremos bom trabalho e paz!" — respondeu a nossa companheira. O assassino travou-lhe o passo, des-lhe um sopapo e, quando ela se apalhar o lenço que calca, espurrou-a e deviou a cabeça, disparando três tiros à queima-roupa. Todas nos detivemos no chão imploreando paz, mas o tenente, desparado, parecia não se contentar com a morte de Catarina. Atirou mais tiros, gritando: "Eu mato estas burras todas!" Não sei como não houve mais mortes. Lembro-me de ter visto um homem dizendo: "Pare com isto, pare com isto! Acabe com esta desgraça!" Contaram-me depois que era o lavrador. Não sei, não o conhecia e nem mais o vi. Nem mesmo no dia em que fomos todas julgadas no tribunal de Beja e nos deram a pena de dezoito dias de prisão.

### Jornalista ameaçado

O jornalista que, na altura, mais directamente procurou informar-se das circunstâncias em que se deu o

caso Catarina Eufémia, foi Melo Garrido, actual director de nosso colega "Diário do Alentejo" e, ao tempo, redactor do referido periódico bejanês, e cujo testemunho aqui se deita:

— Julgo ter jornalisticamente dado contributo decisivo para que se não consumasse o silêncio que as autoridades pretendiam fazer sobre a tragédia. Está claro que a Censura entrou imediatamente em acção mas com um pouco de sorte, de habilidade e, vamos lá, de coragem foi possível anular os seus propósitos. Recordo-me bem que os efeitos da Censura fueram-se sentir mais duramente em Beja do que em Lisboa e no Porto. De facto, o "Diário do Alentejo" 10 dois dias após o acontecimento teve ordem para a ele se referir e numa pequena notícia que, embora não sendo a que as autoridades e a Censura pretendiam, veio dizer claramente que fora o tenente Carrajola quem matara a trabalhadora de Baleialdo, emitiu os principais aspectos do assassinato. A "O Século", de que então éramos correspondente em Beja, coube o decisivo papel de desmentar muita verdade do impressionante caso. No dia seguinte inseri aquele jornal uma pequena notícia que dava uma versão totalmente errada e tendenciosa, pois limitava-se a dizer que, numa demora ocorrida em Baleialdo, entre trabalhadores rurais, tinha sido mortalmente ferida a filha uma mulher (não recordo se referia ou não o nome). Sabedor já da verdade dos factos, não me conformei e desinquee-me àquela aldeia, onde soube que essa notícia fora mandada transmitir pelo próprio tenente Carrajola e onde recibi, por memorias de muito interesse. De posse destes elementos concretos de informação, telefoniei para "O Século" uma notícia que, apesar de haver sido cortada, já dava bem a ideia de que, na realidade, se passara a coisa que aqui oficial da G. N. R. como autor do crime. Foi com base nessa local que conseguí convencer o censor nesta cidade a

permitir que o "Diário do Alentejo", dois dias depois divulgasse a informação aludida. Porém, tive de enfrentar pronta reacção do comandante da G. N. R. em Beja, o qual me chamou ao seu gabinete pretendendo que desmentisse a notícia de "O Século", lhe desse o nome das pessoas a quem tinha entrevistado em Baleialdo e desposse nem auto. A tudo me recusei e sobre as pretendidas declarações respondi em auto que, se alguém tinha de ser chamado a depor, era o director daquele jornal de Lisboa e não eu, uma vez que a notícia não vinha assinada... A minha firme recusa a essas imposições, valeu-me ameaças de prisão que incidiram só sobre a situação de minha mulher como professora do ensino secundário. Foi-me dado um prazo de 48 horas para desmentir a local e indicar os nomes das pessoas de Baleialdo que me haviam informado. Não respeitei o ultimato. Verdade seja que as ameaças não se concretizaram. Detti ainda que a vingança da Censura foi rápida e drástica: quando do funeral de Catarina Eufémia, do hospital de Beja para Quintos, houve cenas impressionantes e uma repreensão brutal da P. S. P., não sendo, todavia, possível aos jornais dar a conhecer essas incidências. O principal, no entanto, havia sido alcançado: informar todo o País de que Catarina fora assassinada por um oficial da G. N. R., como repreensão a um incidente que nunca chegou a ter qualquer penhosa repercussão. Há vinte anos era assim que se encaravam e se "respiavam" as reivindicações dos infelizes rurais do Baixo Alentejo...

### "Tente evitar o pior..."

O lavrador dr. Fernando Nunes Ribeiro, destinado do cargo de governador civil de Beja pela Junta de Salvacao Nacional, e proprietário do monte onde se desenrolou a tragédia, assistiu também à morte

de Catarina Eufémia. Precisamente na manhã seguinte, do dia em que deu entrada no hospital de Beja, vítima de Beja, vítima de instigação com medicamentos (embora sem a gravidade a principio presumida), tivemos ensaio de escutar a sua versão dos factos:

— Só eu sei o que tenho sofrido nestes últimos dias (aludia a afirmações contra si formuladas no comício de 1.º de Maio em Beja). Não aguento esta situação de injustiça, os ataques e a difamação de que estou a ser alvo sem motivo válido. Quando chamei a G. N. R. tive apenas o propósito de evitar um conflito entre os dois ranchos, pois o meu pagador José Joaquim Vedor viera avisar-me de que a situação no monte era grave. Eu estava doente, com fractura de costelas, mas levantei-me fui ao monte num carro conduzido por esse meu colaborador. Não insinuei ao tenente que exercesse represalias mas somente que progressos o rancho que de outra minha herdade de Penedo Gordo, o monte Carral, transferira para ali, pois em Baleialdo ninguém queria trabalhar. Tentei acalmar o tenente mas, este de cabeça perdida, não me quis atender, retorquindo que quem mandava agora ali era ele, eu já não mandava nada e as mulheres do Penedo haviam de trabalhar mesmo. Depois foi a lamentável tragédia. Eu não matei ninguém, porque é que me julgam de tal modo? Palavra, não sei como conseguirei resistir ao choque dessas tais acusações!

### Catarina estava grávida?

A dúvida tem permanecido, embora a voz pública fizesse correr que Catarina Eufémia estava efectivamente em estado de gravidez. Um dos médicos assistentes, o dr. Henrique Pinheiro, personalidade que sempre defendeu princípios democráticos e por tal chegou a ser





preferido no desempenho de funções públicas ligadas ao sector da saúde, garano-nos o contrário. Elemento da comissão concelhia do Movimento Democrático Português em Beja, aquele médico asseverou ao "Expresso":

— Manda a verdade afirmar que não havia gravidez e os rumores que logo correram levaram a abrir o útero para melhor certificado, mas nada se confirmou. Só a opressão do regime fascista são deixos que o caso de imediato se esclarecesse. Aliás, parece-me que as pessoas deram mais importância a esse facto do que ao de ter sido Catarina assassinada pelas costas e positivamente à queima-roupa, como podia verificar.

Outro ponto esclarecemos foi o das actividades políticas da jovem camponesa alentejana, pois a reacção procurou espalhar a ideia de que se tratava de uma mulher

do campo sem qualquer grau de consciencia dos problemas sociais, tendo agido por impulso natural e não por obediência à noções claras das reivindicações socio-económicas que cumpriam à explorada classe rural.

Elementos do Partido Comunista Português, na altura desenvolvendo actividades na região, revelaram agora ao nosso jornal que Catarina Eufêmia era elemento do comité local de P. C. P., com acção muito influente na zona e, de tal modo, que possuiu lesser consigo várias companheiras de luta, sem deixar de assumir a posição de vanguarda — atitude corajosa que lhe veio a custar a vida faz precisamente amanhã vinte anos.

Catarina ficará para sempre como simbolo da resistência do povo alentejano à opressão de um regime fascista agora varrido da Pátria portuguesa.

# Humberto Delgado: anatomia de um crime

«ARRISQUEI TUDO e tudo perdi: família, situação, amigos, dinheiro. Sou um homem liquidado e terrivelmente sozinho» é a dramática confissão de Humberto Delgado ao receber a visita de Mário Soares, numa clínica de Praga em 1964.

A grande figura da Oposição portuguesa revelada durante as eleições de 1958 viria a recuperar a saúde e a superar esta crise de desânimo, lutando na clandestinidade até cair vítima de uma armadilha em Fevereiro de 1965.

Em circunstâncias não esclarecidas até agora, passados que são 9 anos sobre a morte criminosa de Humberto Delgado, os cadáveres do general opositorista e da sua secretária brasileira foram encontrados a 4 quilómetros da fronteira e em território espanhol, nas proximidades de Vila Nueva del Fresno; dois garotos que brincavam no campo, em 24 de Abril de 1965, descobriram os corpos sumariamente recobertos de pedras e exalando já um cheiro nauseabundo. Contudo, o desaparecimento do general e de Arajariz de Campos tinha sido assinalado pelo proprietário do Hotel Simancas de Badajoz ainda no mês de Fevereiro, juntamente com queixa à polícia por não pagamento da conta de hotel.

Nos dois meses que decorreram entretanto, os amigos e familiares de Humberto Delgado inquietavam-se e a opinião pública, até mesmo em meros políticos internacionais, começava a murmurar sobre um duplo assassinato.

A descoberta dos corpos provocou a abertura das investigações e a chegada a Espanha de uma comissão de inquerito enviada pela Federação Internacional dos Direitos do Homem. As investigações policiais ficaram sob a responsabilidade do juiz Crespo Marquez mas foi a comissão de inquerito que conseguiu estabelecer a cronologia de alguns factos:

— O general Humberto Delgado, com um passaporte falso em nome de Lorenzo Ibañez e acompanhado da secretária Arajariz Moreira de Campos, tomou um barco em Ceuta e desembarcou em Algeciras, na costa espanhola, em 11 de Fevereiro de 1965; — a sua passagem foi assinada em Sevilha e no dia seguinte, os viajantes alojavam-se no Hotel Simancas, em Badajoz;

— No dia 13, com data comprovada pelo carimbo dos Correios, o general escreveu postais ilustrados para amigos em Rabat e Paris;

— algum tempo antes da desapareição, a polícia francesa tinha avisado o escritor

Castro Soromenho, em Paris, de uma conspiração para assassinar quatro líderes antifascistas portugueses e revelou que eram emissários da PIDE quem organizava as operações;

— Humberto Delgado tinha um encontro marcado com alguém na estação de caminho de ferro de Badajoz e como não surgisse interior, decidiu sair da cidade;

— na manhã do dia 13 de Fevereiro, dois automóveis com as matrículas EA-59-55 e GD-86-23 entraram em Espanha pela fronteira de Vila Nueva del Fresno, transportando quatro indivíduos identificados como Filipe Garcia Tavares, Ernesto Castro Sousa, Roberto Vurita Barral e Washdeo Kundanmal Milpari, os primeiros com passaportes portugueses e o último com passaporte britânico. Eram acompanhados por António Gonçalves Semeão, chefe da PIDE do posto fronteiriço de São Leonardo, que os apresentou aos funcionários espanhóis e informou que os quatro indivíduos iam passar o fim de semana a Sevilha, regressando pelo mesmo ponto da fronteira;

— em vez de tomarem a estrada mais óbvia para Sevilha, os ocupantes dos dois carros dirigiram-se a Badajoz, sem que a sua presença tenha sido registado em hotéis



ou pousadas à beira da estrada. No dia seguinte, reentraram em Portugal pela fronteira de El Rosal, em Huelva.

— Ao princípio da tarde de 13, um carro saiu da estrada que liga Badajoz à Vila Nueva del Fresno, nas proximidades de Olivença e deslocou-se atrás de uma elevação de terreno. Pouco depois surgiu um outro veículo com várias pessoas, que desceram e se atiraram aos passageiros do primeiro carro. Depois, toda a gente desaparecia do local onde ficaram indícios de luta: manchas de sangue, munições de calibre 7.65 e envólucros vazios do mesmo tipo, um boletim do totobola português válido para o domingo, 14: — as autoridades espanholas reconheceram, durante a

instrução do processo, que havia indícios suficientes para se afirmar que Humberto Delgado tinha sido atraído ao local pelos indivíduos vindos de Portugal, para o raptarem. Por ter resistido, o general foi então assassinado.

— em 13 de Fevereiro, desapareceram do Hotel Simancas de Badajoz os hóspedes Lorenzo Ibañez e secretária, deixando as bagagens. As buscas para descobrir o seu paradeiro foram inúteis.

Ficou ainda provado que o cidadão paquistanês Washdeo Kundanmal Milpuri, residente em Jersey, na Grã-Bretanha, tinha visitado Portugal como turista dois anos antes e reclamado a perda do seu passaporte, extraviado nos serviços da PIDE. A embaixada britânica em Lisboa recebeu, na altura a reclamação do turista e pôde confirmar a veracidade das suas alegações.

### Uma cortina negra

Na posse de provas circunstanciais de tal peso, a justiça espanhola declarou suspeitos do duplo crime os designados Filipe Garcia Tavares, Ernesto Castro Sousa, Roberto Barral, Kundanmal Milpuri, Hazan Isaac, Benzet, Bisogno e Mário de Carvalho e Elie Tapiere — o último como proprietário do carro onde teria sido assassinada a secretária do gene-

ral. Um mandato de captura foi então emitido e, no que respecta ao Semedo, as autoridades portuguesas responderam não ter competência para obrigar um funcionário português a comparecer perante a justiça estrangeira!

Como se tinha registado, no dia do crime, a presença de um «Land Rover» suspenso na Herdade «Meadão» do lado português, propriedade de Guilherme Gião, foi este também convocado pela polícia espanhola, sem resultado. No entanto, o mesmo indivíduo era visto em Espanha, algum tempo depois, acompanhando um ministro português.

Parece não restarem actualmente muitas dúvidas de que armadilha que vitimou Humberto Delgado — e por reflexo a secretária Arajarit de Campos — teria sido montada a partir de Itália, reunindo num conluio sinistro várias personagens nebulosas. Algumas delas esfumaram-se, mas outras há que podem prestar valioso contributo para a solução do que tem sido o «enigma Delgado». É o caso do chamado Semedo, funcionário da PIDE que acompanhou até ao outro lado da fronteira os presumíveis assassinos e que se encontra actualmente refugiado na República da África do Sul, a acreditar em informações que obtivemos.

### Emídio Guerreiro: Uma palavra a dizer

O professor Emídio Guerreiro foi íntimo do general Humberto Delgado e, embora conservasse divergências de índole doutrinária, sempre se afirmou disposto a esclarecer o duplo crime. Recém-chegado de um longo afastamento compulsório de 42 anos, durante os quais a sua atenção e os seus esforços se dirigiram para a luta contra o fascismo que assiliava Portugal e se comprazia na perseguição das mentalidades abertas e de pensamento livre, o professor Emídio Guerreiro conhece alguns dos escândalos subterrâneos de que se serviram os executores de um dos mais repugnantes crimes políticos dos tempos modernos.

«Ao contrário do que outras

pessoas possam pensar, não me parece prematura a reabertura do processo do assassinio do general Humberto Delgado, requerida pelo dr. Joaquim Pires de Lima. Creio mesmo que é urgente desvender este mistério. Por mim, posso adiantar que, em devido tempo e de acordo com as altas autoridades da justiça portuguesa, serão identificadas algumas das pessoas que participaram no crime», especialmente Ernesto de Sousa.»

Com um sorriso de bonomia, foi assim que o professor Emídio Guerreiro, agora regressado ao Porto após longo exílio, respondeu a questões postas pelo EX-PRESSO acerca da morte do general de quem foi um dos amigos mais íntimos.

O nosso interlocutor, que disse ter a maior consideração pelo dr. Mário Soares, pensa não haver razão para receios quanto à reabertura imediata do processo, porquanto actuará de acordo com os democratas portugueses. O seu nome ocupará necessariamente um lugar destacado nas investigações, tanto mais que foi ele um dos primeiros a ocupar-se do assunto, procedendo a inquéritos que o levaram a pistas, talvez decisivas para esclarecer o que se passou na fronteira luso-espanhola em 11 de Fevereiro de 1965 e nos dias imediatos à morte do general. Oportunamente, o professor Emídio Guerreiro revelará o verdadeiro nome de Ernesto de Sousa e ainda o de uma segunda pessoa que participou, em fins de Dezembro de 1964 na capital francesa, numa reunião com Humberto Delgado a que também esteve presente Mário de Carvalho.

Sobre Ernesto de Sousa, o professor Guerreiro esclareceu: «Este nome foi-me dado por Mário de Carvalho, que o referiu como sendo o de um advogado morador na Rua do Alecrim, em Lisboa. Disse que não sabia o número da casa. Mais tarde, em tribunal, afirmaria que enviava para a posta restante as cartas que lhe dirigia.»

Segundo o professor Emídio Guerreiro, foi-lhe extremamente difícil entrar em contacto com Mário de Carvalho que não conhecia pessoalmente. As suspeitas que

já tinha sobre a sua conduta avolumaram-se quando, ele lhe contou, em Roma e durante um encontro precócido de cenas rocambólicas, que tentara ir a Badajoz, por alturas da morte do general, e como não pudera seguir de avião, tivera de recorrer ao comboio, acabando por ser preso em Ventimile, na fronteira com a França.

«Ora, isto é falso! comenta o professor Guerreiro. «Mário de Carvalho disse que tinha sido levado para Roma, sob prisão, e depois libertado sob caução. Ora, esta não está prevista na lei italiana... Mas soube, em contrapartida, que a mulher de Mário de Carvalho telefonou à princesa Maria Pia para saber onde estaria o marido, o que prova que ele se ausentou de Roma. Simplesmente, não foi como ele pretendeu fazer crer, com a prisão em Ventimile, etc.»

Mário de Carvalho entrou em contacto com Humberto Delgado após o assalto do «Santa Maria», tendo-se comprometido a fornecer-lhe armas e outra ajuda. Pedia em troca a «representação» do general em toda a Itália e no sul de França. Mas em França (Paris) encontrava-se o professor Emídio Guerreiro, que não deixou de estranhar um tal pedido.

Ernesto de Sousa foi apresentado ao general por Mário de Carvalho como sendo um representante das forças oposicionistas no interior do país. A sua verdadeira identidade conhecida do nosso interlocutor apenas há uns meses, que a obteve através de documentos que lhe chegaram às mãos, em Paris.

Quanto a recentes declarações de Henrique Cerqueira — que também foi colaborador de Humberto Delgado — acusando dirigentes do PSP e do PCP de terem responsabilidades na morte do general, o professor Emídio Guerreiro considera que tais acusações não merecem o mínimo crédito.

«Cerqueira — disse — é um mitômano. Já não é a primeira vez que faz provocações destas. E, curiosamente, acusa toda a gente que o podia acusar etc. Só não acusa é o PIDE...»

## O problema ultramarino levantado pela oposição em 1960

«APESAR da impossibilidade, para a oposição, de se reunir e de discutir, é preciso seguir a extraordinária evolução geopolítica, principalmente colonial, do Globo. O nosso programa de 1960 continha já o princípio da autodeterminação» — afirmava Humberto Deigado, em Novembro de 1961, em entrevista publicada num jornal de Marrocos sob o título «O Diálogo está Aberto entre o Nacionalismo e a Oposição Portuguesa».

Esta entrevista veio a ser publicada na sequência de uma deslocação do chefe da Oposição, que permaneceu em Marrocos entre o princí-

pio de Outubro e o Natal de 1961. Já no ano anterior e pela mesma altura, aproveitando o aniversário da República, Humberto Deigado tinha publicado no Brasil um documento a que chamou «Plano Colonial da Oposição» e no qual se reconhecia o direito à autodeterminação dos povos sob o domínio colonial português.

Precisando ao jornalista de Casablanca as declarações de princípio expostas no documento, o general Deigado acrescentava: «Pode-se perguntar porque não é reconhecida a independência pura e simples; respondo — porque as palavras para os latinos têm

um poder mágico e, embora a autodeterminação possa significar realmente a independência total, utilizar a palavra não seria necessário nem inteligente do ponto de vista psicológico. Seria dar uma terrível arma ao inimigo fascista, que poderia clamar que a Oposição empurrava as colónias e as levava a perderem todos os laços com a Metrópole.

Precisamos hoje de homens de estado dotados de grande agilidade mental e não de um Salazar medieval, de métodos despóticos, considerando os brancos como escravos e os negros como escravos dos escravos, um homem para quem as colónias são fazendas

que algumas famílias exploram em seu benefício. O que a Inglaterra aprendeu, Salazar com a sua paixão do poder jamais aprenderá. Ou nós o liquidamos ou ele nos liquidará e a Pátria conosco. Um novo tipo de liberdade invade o mundo: a liberdade político-económica. As raças dominadas pelos brancos não querem mais sê-lo e sabem agora que não podem chegar aos seus objectivos sem a conquista da independência ou, no mínimo, com uma forte descentralização do governo.»

#### **Diálogo possível**

No mesmo jornal e na

mesma altura, Marcelino dos Santos, então secretário do Comité das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, faz as seguintes afirmações: «Estamos dispostos a uma cooperação construtiva com a Oposição portuguesa, sob condição de que reconheça o nosso direito à autodeterminação e independência. Agradecemos declarar que o general Delgado tomou uma posição que nos deixa esperar uma atitude que alinhava com as nossas aspirações. Depois desta tomada de posição, o diálogo é possível.»

# Os 10 pontos do programa da candidatura Delgado

EM MAIO DE 1958 Humberto Delgado dava a conhecer ao país o texto da sua proclamação de candidatura, no qual esclarecia objectivos e definia a sua posição. O texto continha o programa mínimo de 10 pontos em que se propunha a defesa de direitos e garantias dos cidadãos e, embora resistindo ao apertado filtro da policia politica, o seu conteúdo não foi divulgado com a amplitude que tais princípios mereciam.

É a transcrição do referido texto com uma introdução firmada pelo general:

"Nesta campanha, o candidato independente esforçar-se-á por conduzir a propaganda da sua candidatura no mais alto nível e seriedade, até porque, ao fim de tantos anos de politica totalitária e de vários debates públicos travados, é de crer que os eleitores tenham já formada a sua opinião e defendido as suas simpatias. Exporá as suas opiniões acerca do que entendo ser a missão de um chefe de Estado e quais as suas responsabilidades e deversas ante a Pátria e os portugueses. Desenvolverá algumas das ideias expressas em síntese na Constituição e fará compreender qual o esquecidas e desrespeitadas têm sido.

O candidato à Presidência da República, por coerência com o cargo a que se propõe, tem limitados os seus actos e as suas palavras e dentro desses limites se deve colocar.

Não cumpre ao chefe de Estado governar — essa é a função do Governo; nem cumprir legalmente — essa é a função da Assembleia Legislativa. Mas cumpre-lhe defender os direitos e garantias dos cidadãos, sem discriminações e com imparcialidade, como cumpre exigir que todos os negócios de Estado sejam conduzidos nos termos da Constituição.

Partindo de um tal postulado, concretizei nas suas linhas gerais e dentro dos limites das atribuições conferidas pela Constituição ao Presidente da República, os pontos básicos do programa da candidatura que aceitei e que não os seguístei:

## Na ordem interna

1.º - Cumprir e fazer cumprir, sem esquemas e sem softismas, na

pureza do juramento a prestar, a actual Constituição Política da República, nomeadamente o artigo 8.º que garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais — liberdade de expressão de pensamento, não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada, não haver prisão perpétua, liberdade de associação e de reunião, protecção à família, não haver confisco de bens, etc.;

2.º - garantir, por uma autoridade forte rigorosamente limitada pela moral e pelo direito, a ordem pública e todas as demais condições necessárias para que a Nação possa organizar-se politicamente, em regime de pacífica convivência, eleger livremente os seus representantes e decidir dos seus destinos;

3.º - sustar energeticamente, com todos os recursos de uma força apoiada na moral e no direito, a corrupção administrativa comprovada, os demandos oligárquicos e a confusão estabelecida entre os poderes legislativos, executivo, judicial, administrativo e económico;

4.º - considerar como primeira e essencial obrigação do Estado o combate à doença e à miséria, pelos meios directos dessa assistência em profundidade e com meios indirectos da elevação do nível de vida das classes mais desprotegidas e da classe média;

5.º - actualizar praticamente a integração tradicional ultramarina, cujos fundamentos são a unidade espiritual, politica e económica, da comunidade da População Portuguesa de aquém e além mar, e a igualdade de direitos de todos os seus constituintes;

6.º - pacificar a Família Portuguesa pela obtenção de medidas concretas, como a reintegração de officia das Forças Armadas, professores e outros funcionários afastados, amnistia a todos os presos politicos ou indivíduos abrangidos pelas "medidas de segurança";

7.º - conseguir a promulgação de nova lei eleitoral e a organização serem realizadas eleições gerais dentro de um prazo conveniente, de novo recenseamento, a fim de

## Na ordem externa

1.º - Manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potencia occidental, geograficamente dispersa mas politica e moralmente unida e indissociável;

2.º - fortalecer a nossa fidelidade aos compromissos assumidos como membro do Pacto Atlântico, pelo respeito das obrigações prescritas no preâmbulo deste documento;

3.º - defender e prestigiar a todos os direitos da nossa soberania.

Ao propor-me tomar parte numa campanha custosa e difícil, para defesa da minha candidatura, e sentindo cada vez mais o peso da responsabilidade que central, perante os portugueses e em nome da nossa Pátria querida, na humildade de um apelo sincero e desinteressado, peço a Deus ilumine a razão do Povo Português, nesta hora, talvez, a última, em que os altos destinos de Portugal podem ser conseguidos por sistema evolutivo e pacificador, como desejam os independentes e entre eles o seu candidato"



Justa Maria Severa



Maria Teresa Horta

# De tudo nos protegiam...

QUEM NÃO tinha conhecimento da opressão que durante perto de 40 anos no nosso país a censura exercia sobre a imprensa e os editores, logo sobre toda a informação e criação que se queria, para que possa ser autêntica e assim atinja a plenitude, digamos o seu apogeu, a sua total realização e dese modo atinja a sua verdadeira finalidade: a comunicação com os outros?

Quem não tinha conhecimento da monstruosa opressão e discriminação que durante perto de meio século sofreu o escritor português? Quem ignora a censura como guilhotina pura e simples de todo o processo criador? Limitação excessiva da criação? — Condição em si mesmo, dentro de si próprio porque bem consciente dos dois únicos caminhos (cada um deles mais frustrante...) que lhe era imposto escolher: a auto censura (fim de toda e qualquer criação) ou a liberdade total de escrita, e que imediatamente lhe votava a obra ao ostracismo das casas editoriais (que assim se defendiam). E mesmo se aceite por alguma delas, não ignorava estar sujeito a conhecer a dureza de perseguições ignóbeis e humilhantes. Condição dentro de si próprio, ditamos, o escritor português estava a deixar de escrever, pouco a pouco reduzido ao desespero e na apatia, cansado de uma luta que vinha a acabar, sem vitórias, desmoronando já da vitória, sendo cada vez mais a mordaz apertada na boca.

O inimigo havia-lhe arrancado a sua arma-de-luta, atento ao enorme perigo que representava para ele, a escrita: a voz implacável e clara do escritor.

Quem não sabia tudo isto, só agora digo, porque só agora somos livres para o dizer?

Quem não sabia? O que não se sabe ainda? Tanta e tanta coisa há para desmascarar, para desmistificar, para contar...

Urgente, por exemplo, pareceu-nos ser verificar quais os livros que o ex-governo fascista português havia posto no índice. Cointer os nomes dos seus autores; saber a quantidade de obras que os portugueses fora recusado o conhecimento, e os motivos dessa interdição. Depois do inquérito feito, verifica-se que não são só devido a motivos políticos essas interdições mas igualmente aquilo a que eles chamavam moral... amoralizado à moral... sendo mesmo estes contra os quais mais se encarnavam (por razões variadíssimas...) chegando até a levar os seus autores e editores a tribunal, como foi o caso de "Antologia de Poesia Erótica..."

Sarínica" organizada por Natália Correia, a quem foi dada uma pena suspensa, tal como a alguns dos poetas incluídos nesse volume (tembramos os nomes de E. M. de Melo e Castro e de José Carlos Ary dos Santos) e ao seu editor, Fernando Ribeiro de Mello, que mais tarde voltaria ao banco dos réus, pela edição do livro de Marquês de Sade "Os Segredos de Alcova". Conhecido é, igualmente, o caso do livro "Novas Cartas Portuguesas", tratado as suas autoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, sido acusadas de terem escrito uma obra imoral: atentadora do pudor e da moral pública.

Quantos e quantos casos, quantas e quantas discriminações! Chamamos a atenção, por acharmos interessante e bastante significativo, para os casos das enormes diferenças de critérios nas interdições feitas no metrópole e nas colónias. Livros que aqui circulavam, livremente, eram lá proibidos... e o mais curioso, é que algumas vezes, circulavam em Angola e nas outras colónias, não...

Mas passamos a examinar, editora por editora, os livros que durante tanto tempo nos foram negados:

## Estampa

"Intelectuais e Lutas de Classes", de Casanova; "O Conselho do Amor", Oscar Pavia; "Antologia Filosófica", Maria e Engela; "Lenine e a Filosofia", Althusser; "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", Engela; "Colúmbia Luta de Guerrilhas", Jacobo Arenas; "O Mito Americano", Eric Goument; "Lenine e Lutas de Classes", G. Kenkul; "A Nacionalização da Indústria", Vinogradov; "Paraisos Artificiais", Besodolair; "Sobre a Guerra do Vietnam", depoimento de actores portugueses.

E já depois da nova lei de imprensa:

"Os Monopólios", Delliz; "Cinema e Ideologia", J. F. Lebel; "A Classe Operária Irá Desaparecer?", Gouzner.

## Prelo

"Histórias Dramáticas da Emigração", Valdemar Monteiro; "Revolução Meu Amor", Maria Antónia Palla; "Emigração e Crise no Nordeste Transmontano", Mo-

desto Navarro; "Raízes de Expansão Portuguesa", Borges Coelho; "Dossier Candidaturas", Sérgio Ribeiro; "O Dilema da Política Portuguesa", Sotto Mayor Cardia; "O Pequeno Dicionário de Economia", vários Org. de Sérgio Ribeiro; "Cuba, Socialismo e Desenvolvimento", René Dumosnil; "De Malo a Malo", Organização de Sérgio Ribeiro; "A Planificação Económica", Ealvor; "Filme de Década Comercio de Quid?", "Comêco de Quid Viragem para Quid?"; "Viragem para Quid, ao Serviço de Quem?";

Engrenagem", Jean Paul Sartre; "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", Engels; "Mortos Sem Sepultura", Jean Paul Sartre; "A Crise da Social Democracia", Rosa Luxemburgo; "Fonemas Solitários", Paul Eluard; "A História me Absolve", F. de Castro; "As Aventuras de Paulette", Album de banda desenhada.

É ainda a curiosidade da introdução do 5.º volume da obra de Rui Röcher, "A Crise da Sociologia Geral".

Passemos agora a examinar as apreensões na Metrópole:

"Friedrich e Marx", vol. 1.º e 2.º, Jorge Gurvitch; "André Malraux", Vergílio Ferreira; "Sartre", Alfredo Margarido; "Pátria Lugar de Exílio", Daniel Filipe; "Textos Filosóficos", Marx; e Engels; "Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro", Marx; "Ideologias e Ideologia da Nova Esquerda", B. Oelgart; "O peregrino", Maria Lowsky.

## Estúdios Cor

Apresenta uma pequena relação de apreensões, porém, em contrapartida, tem uma dos processos que mais escandalizaram, não só entre nós, como no estrangeiro: "Novas Cartas Portuguesas" de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Os outros livros, são:

"Coração Solitário Caçador", Carson Mac Callister; "Chafariz", Coletas; "Delirante Brasil", Pierre Roodière.

## Livros do Brasil

"A Esperança", Malraux; "Mãe Apodrecida", Malaparte; "Eu na Rússia e na China", Malaparte; "O Sexo foi Mistério", David Reubert; "Eu e Ele", Mecnatis.

## Bertrand

É curioso assinalar que os autores destes livros "malinos", são portugueses...

"Quando os Lobos Uivam", Aquilino Ribeiro; "Imitação da Felicidade", Urbano Tavares Rodrigues.

## Quadrante

O seu único livro retirado da circulação: José Carlos Ary dos Santos. O livro: "Fotografias".

## Dom Quixote

Uma lista bem maior; nele os autores nacionais são poucos:

"Um Português em Cuba",

Alexandre Cabral; "Minha Senhora de Mim", Maria Teresa Horta; "Régresso Para Quê?", Victor de Sá.

Em seguida, tomemos atenção às traduções. Podemos começar pelos Cadernos desta editora, colecção à qual a censura dedicou especial atenção...

"Bohémia — Um Segundo Vietnam?"; "Grécia 67?"; "A E. U. A. — Ano de Eleições"; "A Revolta de Maio em França"; "URSS — 50 Anos Depois"; "A Crise da Igreja"; "China, Hoje?"; "Uma Nova Espanha?"; "O Futuro da Juventude"; "Quem Tem Medo da China?"; "Uma Nova Esquerda na Europa".

Depois dos Cadernos, surge uma curiosa apreensão, a do álbum de banda desenhada da pacifista: "Ultima Flea" de Janet Thurber. Mas ainda temos mais alguns nomes:

"A Economia da URSS", Pierre Jorge; "As Origens do Fascismo", Robert Parry; "Os Extremos da Noite", Norman Mailer; "Juventude e Consciência", textos de Sartre, Marcuse e outros.

## Portugália

Somente dois escritores portugueses: Manuel da Fonseca com "Sears de Vento" e Telêmaco Gomes com "Novelas Eróticas", que curiosamente, só podia ser vendido caso se comprasse a obra completa deste autor.

Nas traduções, temos:

"Condicho do Padre: Casamento ou Calibano", Pierre Hermand; "A Bastarda", Violeta Ledez; "O Sonho Americano", Norman Mailer; "Consideram-se Mortos e Morrem", Elío Vitorral; "Os Claudésimo", Mário Tómba; "Os Caralhões", Lúci Janovská; "Gorki por Ele Próprio"; "Sartre por Ele Próprio"; "O Atalho dos Nibos de Arenhas", Italo Calvino; "Djamila Bouhafa", Simões de Beaulieu e Gláucia Hallini; "Um Homem de Furo na Revolução", Roger Valland.

## Seara Nova

Particularmente interessante:

"Vietnam Segunda Resistência", Wilfred Burchett; "Bombas Sobre Hanoi"; "Quatro Semanas em Outubro", Alberto Ferrelas.

Depois de 1973:

"Cooperação e Segurança

Aos livros, "Emigração e Crise no Nordeste Transmontano" de Madaleno Narazze; "Problemas Feminino e "União Social" de Helena Neves e "União Popular e o Domínio da Economia", de Filipe Erdogme, chegaram mesmo a pôr processos que todavia acabaram por não serem organizados.

## Plátano

Apreendidos em Angola:

"As Tróiares" de Eurpedes em adaptação de Sartre.

## Assírio & Alvim

"Portugal sem Salazar" de Mário Mesquita.

## Futura

Proibido em Portugal:

"O Sexo em Confessionário" de Clara Di Néglio e Valentim.

Proibidos no Ultramar:

"O Falcão da Droga", vários; "Juventude Nova Fronteira", vários; "Para Uma Nova Partilha das Riquezas", Paul Marie Velagorco; "Será Posível a Abundância?"; "I Ching"; "O Homem Subjulgado", Leiber Villar; "Os Poemas de Mao Tsé Tung"; "A Antologia da Poesia Soviética"; "Mulher Macumba", Miguel Barbosa; "Relatório Sobre Jesus Cristo", Johannes Lemann.

## Presença

Apesar de em menor desequilíbrio, apresenta igualmente uma maior lista de livros proibidos nas nossas colónias do que na Metrópole; portanto, em Angola e Moçambique:

"O Existencialismo é um Humanismo", Jean Paul Sartre e Prefácio de Vergílio Ferreira; "As Moscas", Jean Paul Sartre; "A

Europeta", vários; "Programa Comum do Governo"; "Os Estados Unidos em Movimento", Roger Kemper; "A Catedral e a Faa e a Sequencia Mundial", vários; "Conclusões do Congresso Democrático de Avizur", vários; "Redescoberta da França", Urbano Tavares Rodrigues; "Por Uma Democracia Anti Capitalista", Mário Sotelo Mayer Cardia.

## Moraes Editores

"Catolicismo de vanguarda", Jean Marie Demenoch e R. Montvalain; "Uma aldeia da China Popular", Jan Nyrdal; "Para um mundo novo", Danilo Dolci; "Cristianismo e Marxismo no mundo de hoje", Colloquio; "O pensamento de Lenin", Henri Lefebvre; "O Marxismo como geral", J. L. Aranjuez; "Amadurecer", Jean Bazir; "O Óbculo de revolucionário", Victor Serge; "Os processos de Moscovo", Pierre Broué; "Evangélio e Igreja: A história de Isotolo"; "A quinta casa", Francisco Salgado Zenha; "Se Cristo vier" — Carta dos cristãos ao papa; "Ao encontro de Jesus", Catolicismo da Comunidade do Isotolo.

## Editorial Século

"A China e o Ocidente", Col. Cadernos do Século.

## Afrodite

### — Ribeiro de Mello

"Kama Sutra" (Manual do Erotismo Índio), Vancenas proibido; "Antologia da Poesia Portuguesa Erotica e Satírica", Seleccão, prefácio e notas de Natália Correia; proibido e processado em tribunal plêniário com a condenação do editor, autora e vários colaboradores; "A Filósofa na Alameda", Marques de Sade; proibido e processado em tribunal plêniário com a condenação do editor, tradutores, ilustrador e sem dos prefaciadores (Luís Pacheco); "O Vinho e a Lúa", Natália Correia; proibido; "A Vénus de Karabalika", Masoch; proibido; "Antologia de Vanguarda — 4 autores da novela portuguesa contemporânea" (Mário de Sá Carneiro, Almada Negretes, Manoel de Lima e Luis Pacheco); proibido com a seguinte nota da censura: "O livro é proibido não só porque nem todos os comos são de admitir, mas especialmente porque o editor aproveita o volume para fazer publicidade a outros títulos anteriormente proibidos." (O que o editor fazia era mencionar os livros publicados — todos — com a indicação a seguir, de "fora do mercado"); "Livro de S. Cipriano ou Tesouros do Felicidadeiro"; "O Manual dos Inquisidores", com a publicidade e referências críticas anteriormente proibida; "Antologia do Cento Abominável", proibida; "Apocalipse do Apóstolo João", publicidade proibida no programa; Página 1 pela censura interna da Rádio - Renascença; "Anti-Dühring", de Frederico Engels, proibido; "A Sociedade do Espetáculo", de Guy Debord, publicidade e crítica proibida.

NOTA: Foi também apreendido antes de se encontrar publicado, sem sequer iniciados os trabalhos tipográficos, o "Inquérito sobre Portugal e o Futuro" do General António de Spínola, que Fernando Ribeiro de Mello se propunha fazer e para o que enviara uma carta circular a cerca de 130 pessoas

representativas de todos os sectores e formações ideológicas da vida portuguesa. Com efeito, poucos dias após o envio dessa circular, foi o editor convocado pelo Director-Geral da Informação, Dr. Geraldo Cardoso, que em amena conversa nos Serviços de Imprensa, adjuntos ao SEIT o avisou que se ele prosseguisse com esse empreendimento editorial a obra seria apreendida na própria tipografia, além de todas as consequências criminais e oficiais a que uso daria lugar.

Pela mesma razão do pretendido "Inquérito sobre Portugal e o Futuro" do General António de Spínola, foi também o editor convocado, três dias após a conferência com o dr. Geraldo Cardoso, pela PIDE/DGS que por incumbência do Senhor Ministro do Interior, o avisava dos mesmos perigos e prejuízos a que se arriscava se insistisse em tal edição.

## Europa-América

Ficou para o fim prepotadamente por ser a maior luta de todas e das mais significativas. Então, passemos a enumerá-la:

"Histórias de Amor", José Cardoso Pires; "O Vale da Ira", Alan Paton; "Os Mortos Chegam Mala Tarde", Rogério de Freitas; "Um Rapaz de Florença", Vasco Frestalini; "Chão Ferra Bem Amada", Allan Paton; "Coque Coelho", Uptkik; "Filhos de Torre Molino"; "O Macaco Louco", A. S. Grogg; "Unidade de Opinião à Dinadur", Oltirina Marques; "Diálogo de Solidária"; "O Amor do Soldado", Jorge Amado.

Ainda na Lista da Europa-América, vejamos o que estava proibido nas colónias; começamos por aqueles que só não estavam interditos em Angola:

"Filho de Lábido", Tomás da Fonseca; "Emgragem", Jean Paul Sartre; "Z", Vasiliki Vasiliki; "A Mãe", Máximo Gorki; "Introdução à Sociologia", Moris Ginsberg; "O Amor do Soldado", Jorge Amado; "Marte e a Praga", Higgins; "Os Cavalos Também se Abatem", Horace McCoy; "Entre o Favor e a Esperança", Lola Masson; "O Remer dos Heróis", José Cardoso Pires; "Os Secretos de Alina", Jean Paul Sartre; "Nilo Matem a Cotoria", Harper Lee; "Os Dias Selvagens", Judite Navarre; "O Centauro", J. Uptkik; "Filho de Homem", Augusto Rosa Bastos; "Sementes de Violência"; "As Eleições de Outubro de 1969" (todas as colónias); "Diário de Um Ladrão", Jean Genet (todas as colónias); "República Moderna", M. France; "O Calvário", Flérico Corovska; "Capitães da Areia", Jorge Amado; "Os Pastores da Noite", Jorge Amado; "A. B. C. de Castro Alves"; "A. B. C. de Guerra.

Em todas as colónias, sem excepção: — —

"As Eleições de Outubro de 1969"; "Diário de Um Ladrão",

Jean Genet; "O Amor do Soldado", Jorge Amado; "Diálogo de Violência"; "A República Espanhola"; Gabriel Jackson; "O Macaco Louco", A. S. Grogg; "Situações 1-2-3-4", de Jean Paul Sartre.

Em Moçambique estava especialmente proibido:

"História da Literatura Portuguesa", António José Saraiva... Certamente que esta lista, apesar de extensa, não é de forma alguma completa, pois ultimamente surgiram nas bancas das livrarias, uma enorme quantidade de edições piratas e de pequenas editoras que não conseguimos contactar. Achamos interessante, importante, se essas editoras nos enviassem as suas "listas negras", a fim de ajudar a que todos nós possamos conhecer a actuação cerrada, sistemática, da censura fascista, que desse modo tentava destruir a cultura, uma das mais fortes armas de sempre contra a opressão: a palavra livre, o pensamento livre, a escrita livre.